

ção causal). Graças às observações que realizamos, chegamos à conclusão de que quatro fatores histórico-sociais correspondem a esse caráter, pela significação que tiveram seja para o aparecimento e a expansão das condições externas de atuação dos agentes econômicos ou de funcionamento das instituições econômicas, seja para a formação, o controle subjetivo ou exterior e o desenvolvimento de novas conexões de sentido das ações e relações econômicas, seja para a constituição e a consolidação de uma *situação de mercado* de escala nacional. Esses fatores podem ser identificados historicamente, através de um processo político (a Independência vista à luz de suas implicações sócio-econômicas seculares); dois tipos humanos (o "fazendeiro de café" e o "imigrante", encarados como figuras centrais das grandes transformações do cenário econômico, social e político); um processo econômico (mudança do padrão de relação dos capitais internacionais com a organização da economia interna); e um processo sócio-econômico (expansão e universalização da ordem social competitiva). Na exposição subsequente, esses fatores histórico-sociais não serão objeto de uma análise exaustiva, pois apenas serão retidos alguns dos seus efeitos diretos ou indiretos que tiveram importância decisiva para o desencadeamento da "Revolução Burguesa" e sua assimilação sociocultural pela sociedade brasileira.

## CAPÍTULO 2

## As Implicações Sócio-Econômicas da Independência

A INDEPENDÊNCIA, não obstante a forma em que se desenrolou, constituiu a primeira grande revolução social que se operou no Brasil. Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da "era colonial"; como ponto de referência para a "época da sociedade nacional", que com ela se inaugura. Na verdade, as tensões que minavam a sociedade colonial não afetavam a ordem social interna de modo bastante profundo para colorir esse processo de modo mais dramático. Muitos estudiosos, por isso, não lhe atribuem o valor histórico e sociológico que ele possui. Baseados na evidência fornecida pelos fatos, que atestam a persistência daquela ordem social de forma inabalável, e na inexistência de mobilização das massas para a luta política, concluem que a Independência representou uma transação política pacífica, inteligente e segura da casa de Bragança. Não obstante a veracidade dessas ilações, a simples extinção do estatuto colonial já tivera um significado socialmente revolucionário. A Independência acrescenta-lhe o início de um novo tipo de autonomia política: com ela, instaura-se a formação da *sociedade nacional*. É nesta conexão que está o aspecto verdadeiramente revolucionário e que transcendia aos limites da situação de interesses da casa reinante. Em contraste com o que ocorria sob o estatuto colonial e, mesmo, sob a ambígua condição de Reino, o poder deixará de se manifestar como *imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro*, mau grado as injunções e as contingências que

iriam cercar a longa fase do "predomínio inglês" na vida econômica, política e diplomática da Nação.

Sob o estatuto colonial, não só o controle do poder se operava de fora para dentro; as probabilidades de atuação social das elites "nativas" subordinavam-se às conveniências da Coroa e dos que representassem, dentro da sociedade colonial, os seus interesses econômicos, sociais e políticos mais profundos. Sob essa perspectiva, a ruptura do estatuto colonial converteu-se numa inegável "necessidade histórica", que teria culminado em movimentos de grande violência coletiva se as coincidências não favorecessem a transferência da Corte e uma secessão quase pacífica, na qual antes transparece a impotência da antiga Metrópole que qualquer vocação passiva da ex-Colônia. A maneira pela qual as coisas se passaram contribuiu ainda mais para manter o caráter de "revolução encapuçada" de todo o processo. As elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial. Mas, contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social. Por conseguinte, a natureza e o alcance revolucionários da Independência não se objetivaram (nem poderiam se objetivar!) através de manifestações de grandes massas humanas, do uso organizado da violência e de anseios coletivos irredutíveis de transformação da estrutura social. Eles se objetivaram na obstinação e na eficácia com que aquelas elites se empenharam na consecução de dois fins políticos interdependentes: a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de poder. Assim, sem negar a ordem social imperante na sociedade colonial e reforçando-a, ao contrário, as referidas elites atuaram revolucionariamente ao nível das estruturas do poder político, que foram consciente e deliberadamente adaptadas às condições internas de integração e de funcionamento daquela ordem social.

Dessa perspectiva, a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à

construção e ao florescimento de uma Nação. A coexistência de elementos tão antagônicos provinha de uma realidade inexorável, percebida e apontada mesmo pelos homens que conduziam os acontecimentos (como José Bonifácio, por exemplo). A grande lavoura e a mineração, nas condições em que podiam ser exploradas produtivamente, impunham a perpetuação das estruturas do mundo colonial — da escravidão, à extrema concentração da renda e ao monopólio do poder por reduzidas elites, com a marginalização permanente da enorme massa de homens livres que não conseguia classificar-se na sociedade civil e a erosão invisível da soberania nacional nas relações econômicas, diplomáticas ou políticas com as grandes potências. Portanto, a Independência foi naturalmente solapada como processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional.

Contudo, o elemento revolucionário era o componente verdadeiramente dinâmico e propulsor. Por isso, embora tolhido aqui ou deformado ali, ele se converteu no "fermento histórico" do comportamento social inteligente. A curto prazo, alimentou e orientou as opções que delimitaram, nos planos ideológico e utópico, os ideais de organização do Estado nacional. A longo prazo, em qualquer nível ou esfera em que ocorresse estruturalmente, a integração nacional produzia efeitos que ultrapassavam o mero despojamento dos caracteres heteronômicos da antiga ordem social, conduzindo de fato à sua desagregação e à intensificação concomitante da formação de caracteres autonômicos típicos de uma sociedade nacional. Isso redundava na reelaboração constante daquele elemento revolucionário, que voltava à tona, continuamente, em condições sociodinâmicas mais ou menos favoráveis à sua atuação como fator histórico-social construtivo. O primeiro aspecto teve importância indireta para o desenvolvimento econômico, pois foi através dele que se deu um maior envolvimento das elites de origem rural na construção de uma política econômica nacional. O segundo aspecto afetou diretamente o desenvolvimento econômico, pois foi na esfera econômica e ao nível da expansão do mercado interno que surgiram as primeiras consequências dinâmicas da Independência e da integração nacional.

Quanto ao primeiro aspecto, parece-nos que se impõe o re-exame das condições e dos efeitos histórico-sociais da absorção do liberalismo pelas elites nativas. Essa absorção apresenta duas polarizações dinâmicas distintas. Havia uma polarização que associava o liberalismo aos processos de consciência social vinculados à "emancipação colonial". As elites nativas sentiam-se econômica, social e politicamente "esbulhadas", em virtude da espoliação que sofriam através das formas de apropriação colonial e das consequências especificamente políticas do estatuto colonial, que alimentava a neutralização inexorável das probabilidades de poder inerentes ao *status* que elas ocupavam na ordem da sociedade colonial. Sob a perspectiva dessa polarização, o liberalismo assume duas funções típicas. De um lado, preencheu a função de dar forma e conteúdo às manifestações igualitárias diretamente emanadas da reação contra o "esbulho colonial". Nesse nível, ele se propõe o problema da equidade da maneira pela qual era sentido por aquelas elites: como emancipação dos estamentos senhoriais das limitações oriundas do estatuto colonial e das formas de apropriação colonial. Tratava-se de uma defesa extremamente limitada, tosca e egoística, mas muito eficaz, dos "princípios liberais", pois só entravam em jogo as probabilidades concretas com que os membros desses estamentos contavam para poderem desfrutar, legitimamente, a soma de liberdade, o poder de igualdade e a fraternidade de interesses inerentes ao seu *status* na estrutura social. De outro lado, desempenhou a função de redefinir, de modo aceitável para a dignidade das elites nativas ou da Nação como um todo, as relações de dependência que continuariam a vigorar na vinculação do Brasil com o mercado externo e as grandes potências da época. Nesse nível, ele se propõe o problema da soberania como se existisse, de fato, uma interdependência vantajosa e consentida, resultante e corretivo, ao mesmo tempo, da especialização econômica internacional e da complementaridade da influência civilizadora das Nações. No fundo, porém, apenas encobria, através de ficções toleráveis, diversas modalidades evidentes de subordinação, que não seriam suprimidas nem alteradas, fundamentalmente, com a extinção do estatuto colonial. A outra polarização do liberalismo o associava, definitivamente, com a construção de um Estado nacional. Na fase de transição, as elites nativas encaravam o Estado, naturalmente, como "meio" e "fim": "meio", para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o "fim" de ambos os processos, na medida em que

ele consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos "interesses internos" com que elas se identificavam. Nesse nível, o liberalismo possui nítido caráter instrumental e se propõe o complexo problema de como criar uma Nação num País destituído até das condições elementares mínimas de uma "sociedade nacional". O Estado impôs-se como a única entidade que podia ser manipulável desde o início, a partir da situação de interesses das elites nativas mas com vistas a sua progressiva adaptação à filosofia política do liberalismo. A primeira polarização conduz-nos ao reino da ideologia; a segunda, ao reino da utopia. Assim o liberalismo esteve tão presente nas concepções que impulsionaram os conflitos com o Reino ou com os "reinóis" e nas acomodações impostas pela persistência da ordem social colonial, quanto nos ideais que projetavam o Estado e a sociedade *nacionais* como um destino a ser conquistado no futuro.

Portanto, ao contrário do que se proclama com freqüência, o liberalismo exerceu influências sociais construtivas em várias direções concomitantes. Em vez de procurar-se ver nele um elemento "postiço", "farisaico" ou "esdrúxulo", seria melhor determinar o sentido e o alcance dessas influências, que também exprimem as condições e as necessidades histórico-sociais que regulavam sua elaboração sociocultural no seio de uma sociedade colonial em mudança. Na medida em que o Brasil já se integrara no sistema mercantil engendrado pela expansão do capitalismo comercial e em que a ruptura dos nexos coloniais formais não implicava nenhuma alteração profunda nas formas dessa integração, impunha-se uma evolução paralela interna, que implantasse no País concepções econômicas, técnicas sociais e instituições políticas essenciais para o intercâmbio e a associação com as Nações hegemônicas do sistema. Os "senhores rurais" tinham de aprender, em outras palavras, a pensar e a agir sobre si próprios, os negócios da coletividade e os assuntos políticos de interesse geral sem a mediação dos nexos coloniais, mas com a mesma eficácia ou sob as mesmas garantias de continuidade que as referidas Nações encontravam nos nexos coloniais formais. Sob esse aspecto as categorias de pensamento inerentes ao liberalismo preenchiam uma função clara: cabia-lhes suscitar e ordenar, a partir de dentro e espontaneamente, através do estatuto nacional, mecanismos econômicos, sociais e políticos que produzissem efeitos equivalentes aos que eram atingidos antes, a partir de fora e compulsoriamente, através do estatuto colonial. Pode-se dizer sem

subterfúgios, pois, que a absorção do liberalismo respondia a requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionavam a associação livre mas heteronômica do Brasil às Nações que controlavam o mercado externo e as estruturas internacionais de poder. Isso explica por que a absorção do liberalismo se inicia anteriormente à crise do sistema colonial e por que ele possuía implicações mais radicais e definidas ao nível dos padrões de relação com o mercado externo (inclusive animando uma visão altamente passiva e complacente da "interdependência econômica internacional"). Todavia, também indica por que, acima ou além dos interesses internos imediatos dos estamentos senhoriais, mais ou menos harmonizados com essa transformação, o liberalismo só contribuiu para intensificar a desagregação do *status quo ante* de modo indireto, gradual e intermitente. É que ele não preenchia, aqui, as funções de dinamizador cultural da consolidação de uma ordem social nacional autônoma. Concorria para precipitar a formação e para orientar o desenvolvimento de uma ordem social nacional, mas heteronômica (ou dependente).

À luz de tais considerações, é patente que o liberalismo forneceu, não obstante todas as limitações ou deformações que pairaram sobre sua reelaboração sociocultural no meio brasileiro, as concepções gerais e a filosofia política que deram substância aos processos de modernização decorrentes, primeiro, da extinção do estatuto colonial e, depois, da desagregação lenta e heterogênea, mas progressiva, da própria ordem colonial. Ele não afetou (nem poderia afetar) os aspectos da vida social, econômica e política que continuaram a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonialista. No conjunto, o impacto inicial foi pouco profundo e sua importância decisiva aparece apenas aos níveis da adaptação dos agentes econômicos internos aos mecanismos diretos do mercado internacional e da criação de um Estado nacional. Todavia, uma apreciação mais rigorosa revelaria que ele produziu outros dividendos positivos.

De um lado, malgrado a contenção de sua amplitude revolucionária (calibrada por "interesses senhoriais" e nos limites da supressão do "esbulho colonial" em termos desses interesses), ele concorreu para revolucionar o horizonte cultural das elites nativas. Primeiro, propiciando-lhes categorias de pensamento e de ação que conduziram ao desmascaramento do "esbulho colonial" e à oposição ao "sistema colonial". Segundo, alterando suas perspectivas de percepção do uso, da importância e da organização do poder em termos da sociedade global. Terceiro, preparando-as

intelectualmente tanto para os conflitos que as uniam contra o estatuto colonial, quanto para a defesa da Independência, da Monarquia constitucional e da democratização do poder político no âmbito de sua camada social.

De outro lado, situam-se certas influências mais complexas e, por isso, menos visíveis. Para os fins desta exposição basta-nos lembrar as mais significativas. Tomando-se em conta as condições em que se deram a extinção do estatuto colonial e a Independência — sob a persistência e o fortalecimento de estruturas sociais coloniais — merece ser ressaltada a influência desempenhada pelo liberalismo na separação e na superposição dos planos de organização do poder. Os antigos modelos patrimonialistas continuaram a ter plena vigência ao nível do domínio senhorial propriamente dito (ou seja, da organização da economia escravista e das estruturas sociais que lhe serviam de base) e, como irradiações locais ou regionais, ao nível das relações sujeitas ao prestígio pessoal dos senhores e ao poder de mando das grandes parentelas. Todavia, a organização do "poder central" foi colocada num plano independente e superior, no qual aqueles modelos de dominação se faziam sentir apenas de maneira indireta e condicionante (principalmente através de controles sociais reativos, que se vinculavam às opções feitas pelos representantes dos estamentos senhoriais no exercício do poder político). Estabeleceu-se, assim, uma dualidade estrutural entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal. Na prática, com freqüência os controles reativos, suscitados pela tradição, prevaleciam sobre os preceitos legais. Mas nada disso diminuía o alcance do influxo mencionado, que introduzia uma cisura entre o presente e o passado (coexistentes e interdependentes como dimensões da vida societária), compelia as camadas senhoriais a organizar sua dominação especificamente política através da ordem legal, ao mesmo tempo que conferia ao "poder central" meios para impor-se e para superar, gradualmente, o impacto sufocante do patrimonialismo. Na apreciação de efeitos dessa natureza, também parece fora de dúvida que a influência do liberalismo se deve à composição que redundou na criação de um Estado nacional, que combinava o princípio da representação à existência de um forte poder executivo. Na verdade, o domínio senhorial se assentava nos interesses mercantis da grande lavoura. Se esses interesses tivessem prevalecido de modo cru e absoluto, a solução normal seria a constituição de uma Monarquia forte, exclusivamente empenhada na expansão

da grande lavoura e do comércio externo. Embora o princípio de representação (por causa dos efeitos da concentração do poder ao nível estamental, regulada constitucionalmente), o poder executivo e o poder moderador fossem convergentes, em particular em matérias referentes à política econômica, é de presumir-se que o referido princípio não teria encontrado acolhida tão favorável sem a difusão e o entusiasmo suscitado pelas "idéias liberais". Por fim, o liberalismo desencadeou uma vaga de idealismo político, que repercutiu de modo construtivo na organização, no funcionamento e no aperfeiçoamento da Monarquia constitucional. Esse ponto precisa ser devidamente ponderado, pois aí parece achar-se a explicação de uma aparente incongruência. Um País que mal emergia do estatuto colonial, e que não podia pôr termo à ordem social herdada do sistema colonial, engendrava não só um Estado nacional bastante *moderno*, mas, sobretudo, virtualmente apto à *modernização* ulterior de suas funções econômicas, sociais e culturais. Foi graças a essa consequência que o liberalismo "cresceu" com as instituições políticas que ele ajudou a moldar e que, especialmente, os princípios liberais ganharam, com o tempo, maior consistência e eficácia, tanto quanto advogados mais puros, convictos e denodados.

Portanto, sem perder-se de vista as limitações e deformações que sofreu numa sociedade e numa cultura tão avessas às suas implicações sócio-econômicas, políticas, intelectuais e humanitárias, e aceitando-se que, ainda assim, ele só se constituiu em realidade histórica para as minorias atuantes dos estamentos senhoriais, o liberalismo foi a força cultural viva da revolução nacional brasileira. Guardando-se as proporções, a ele se pode aplicar, no acanhado cenário em que serviu de fermento para as mais variadas e contraditórias ousadias e esperanças, o que dele afirmou Laski com referência à Europa: "O liberalismo aparece, pois, como uma nova ideologia para satisfazer as necessidades de um novo mundo"<sup>1</sup>.

Isso posto, as polarizações ideológicas e utópicas do liberalismo interessam à nossa discussão na medida em que elas logravam inserir-se no horizonte cultural dos componentes dos estamentos senhoriais. Não é fácil discernir o que é ideológico do que é utópico nas objetivações do liberalismo no contexto histórico considerado. Essa separação interpretativa, em si mesma tão difícil, (como assinala Mannheim: "Os elementos utópicos e ideoló-

<sup>1</sup> *The Rise of European Liberalism*, p. 19.

gicos não aparecem isolados no processo histórico. Muitas vezes as utopias das classes ascendentes estão grandemente impregnadas de elementos ideológicos"<sup>2</sup>), complica-se sobremaneira, porque a ideologia liberal se equacionou historicamente, acima de tudo, como uma ideologia da emancipação dos estamentos senhoriais da "tutela colonial" e só derivadamente, como interferência inevitável, ela assumiu o caráter de uma ideologia de "emancipação nacional". Contudo, concretizada a Independência e garantida a estabilidade do novo regime político, ela se anula como polarização dinâmica específica dos interesses senhoriais (em consequência do desaparecimento das tensões provocadas pela "tutela colonial"), mas ganha força e importância crescentes como polarização dinâmica específica dos interesses de integração nacional (em consequência das conexões da ordem legal constituída com o princípio da representação e com a democratização do poder político ao nível dos estamentos dominantes). Graças a essa transformação, o elemento senhorial volta ao centro do palco, agora transfigurado em "cidadão", que era no que o convertia, para os fins da organização do poder político, a ordem legal vigente. Assim, a ideologia liberal, inócua e excluída ao nível da dominação patrimonialista (pela persistência concomitante da escravidão, do mandonismo, do privatismo e do localismo), encontra na sociedade civil, nascida da Independência, uma esfera na qual se afirma e dentro da qual preenche sua função típica de transcender e negar a ordem existente. A utopia liberal esbate-se no mesmo pano de fundo. Ela só adquire consistência através e depois da transfiguração do elemento senhorial em "cidadão". A partir daí, porém, ela iria preencher sua função típica, de forçar a transformação da realidade histórica, o que se dá com algum vigor na esfera da adaptação paulatina da sociedade global aos requisitos ideais da ordem legal vigente. Nesse processo, a utopia liberal converteu-se em condição socio-dinâmica de formação e consolidação da sociedade nacional. No entanto, nos conflitos com as estruturas coloniais persistentes, nem sempre esses componentes ideológicos e utópicos levaram a melhor. Tudo dependia da lealdade, esclarecimento ou tenacidade com que os mesmos homens pertencentes aos mesmos estamentos dominantes se identificavam com os interesses do domínio senhorial ou com os interesses da sociedade civil. Embora com o tempo estes adquirissem maior densidade e eficácia, enquanto

<sup>2</sup> *Ideologia e Utopia*, p. 179.

a escravidão se associou à grande lavoura nunca conseguiram valecer de forma decisiva e determinante. Por isso, as inconsistências e as ambigüidades do liberalismo se refletiam por igual na ideologia e na utopia liberais, tornando precária qualquer tentativa de distingui-las com algum rigor interpretativo.

De qualquer maneira, é em si mesmo deveras importante, para a análise sociológica, o fato das polarizações ideológicas e utópicas do liberalismo se dinamizarem através de requisitos estruturais e funcionais da ordem legal<sup>3</sup>. Se as coisas transcorressem de outro modo, a identificação e o apego das elites senhoriais ao liberalismo seriam, além de superficiais e contraditórios, inevitavelmente episódicos e efêmeros. Graças a esse fato, porém, o liberalismo adquire a qualidade e a continuidade de força política permanente, embora sua influência tópica fosse variável, por depender da constituição, do funcionamento e da evolução da sociedade civil. Doutro lado, esse fato também explica como as formas de poder político, criadas através da implantação de um Estado nacional, foram assimiladas pelos estamentos senhoriais e convertidas, desse modo, em dominação estamental propriamente dita. As normas constitucionais que regulavam os direitos de escolha e de representação, através das eleições primárias e das eleições indiretas bem como o poder de decisão inerente aos diferentes mandatos eletivos e a possibilidade aberta ao poder moderador de recrutar ministros e conselheiros de Estado entre deputados e senadores condicionavam uma tal concentração do poder político ao nível dos privilégios senhoriais, que "sociedade civil" e "estamentos sociais dominantes" passaram a ser a mesma coisa. De fato, não só o grosso da população ficou excluído da sociedade civil. Esta diferenciava-se, ainda, segundo gradações que respondiam à composição da ordem estamental, construída racial, social e economicamente na Colônia: a chamada "massa dos cidadãos ativos" servia de pedestal e de instrumento aos "cida-

<sup>3</sup> É preciso notar que na presente discussão não nos ativemos às implicações dos "ideais liberais", absorvidos e consagrados pela constituição de 25 de março de 1824, através dos artigos correspondentes ao seu título VII. Na prática, as disposições legais deles decorrentes eram solapadas ou neutralizadas por fatores interferentes incontornáveis. Demos preeminência aos requisitos da ordem legal que regulavam o princípio da representação e a democratização do poder ao nível dos estamentos senhoriais (estabelecidos nessa constituição e pelas leis de 1.º de outubro de 1828, 12 de outubro de 1832, 12 de agosto de 1834 e 23 de novembro de 1841). Se aqueles "ideais" ganharam crescente eficácia e universalidade, com o tempo, isso se deve, em grande parte, à consolidação da sociedade civil, condição e resultado do funcionamento daquela ordem legal.

ãos prestantes"<sup>4</sup>, a verdadeira *nata* e os autênticos *donos do poder* naquela sociedade civil. No entanto, foi essa relação entre a ordem legal estabelecida e a constituição da sociedade civil que deu sentido social à revolução política encarnada pela Independência. As elites dirigentes dos estamentos senhoriais absorveram as funções que antes eram desempenhadas mediante a "tutela colonial", privilegiando politicamente seu prestígio social (processo que Weber considera freqüente e comum<sup>5</sup>; nesse sentido, também se justifica considerar "legítima" a revolução da Independência, embora a *legitimidade* diga respeito, em tal caso, aos méritos ou fundamentos de uma "posição privilegiada").

Ao contrário do que se tem afirmado, esse processo provocou mudanças de estrutura (evidentes quando se compara a "sociedade colonial" com a "sociedade imperial"), que foram negligenciadas por dizerem respeito a diferenciações que afetaram a integração dos estamentos senhoriais e sua relação com a sociedade global. Essas mudanças de estrutura aparecem em três níveis. Primeiro, na diferenciação dos papéis políticos do *senhor*, que se metamorfoseia em *senhor-cidadão*. Essa transformação é digna de nota e possui significado estrutural-funcional (para não dizer dialético), porque ela pressupõe uma nova dimensão do poder, na qual as probabilidades de mando do senhor, pela primeira vez, transcendem aos limites do domínio senhorial e alcançam o poder político especificamente falando. Segundo, no aparecimento de formas de socialização que converteram privilégios sociais comuns em fonte de solidariedade social e de associação política. Enquanto perdurou o estatuto colonial, o poder do senhor ficou confinado a unidades sociais estreitas, isoladas e fechadas. A dominação senhorial traduzia um estilo estamental de pensamento e de ação, mas não integrava a visão do mundo e a organização do poder dos seus agentes, como e enquanto membros de estamentos dominantes. Ao romper-se aquele estatuto e, especialmente, ao projetar-se o senhor nos papéis relacionados com a implantação de um Estado nacional, sua capacidade de entender a significação política dos privilégios sociais comuns aumentou. Ao mesmo tempo, descobriu que a proteção e a expansão dos mesmos privilégios dependiam da extensão da dominação senhorial aos outros planos da vida social, principalmente

<sup>4</sup> Termo que, em nosso entender, permite qualificar objetivamente o eleitor ultraprivilegiado no contexto da sociedade imperial.

<sup>5</sup> Cf. *Economia y Sociedad*, vol. IV, cap. 1, *passim*.

àqueles em que qualquer senhor se tornava um aliado natural de outro senhor. As preferências pela Monarquia constitucional favoreceram essa evolução, pois canalizaram tais desdobramentos para esferas especificamente políticas, conferiram à dominação senhorial os quadros para ampliar-se e burocratizar-se, e mantiveram em larga margem as bases locais ou regionais do privatismo e do grau de autonomia inerentes à dominação senhorial, na forma que ela assumira na sociedade colonial. A dominação senhorial alcança, dessa maneira, as formas de poder político da sociedade "nacional" e passa a ser um dos fatores mais importantes da integração de sua ordem social. Ela se transforma, portanto, em dominação estamental propriamente dita. Terceiro, na redução do espaço social dentro do qual as garantias sociais estabelecidas legalmente podiam e deviam ter vigência ou eficácia.

A rigor, esse espaço social era demarcado pelas fronteiras estamentais da sociedade civil. Em conseqüência, o liberalismo (motor e alvo daquelas garantias sociais) também se convertia em privilégio social. Ele fazia parte de concepções e ideais que se aplicavam a "relações entre iguais" e, por isso, ficava confinado à convivência e ao destino dos membros dos estamentos dominantes. Como esse era o mundo por excelência do *senhor-cidadão* (em alguns papéis sociais, como "cidadão ativo"; em outros, como "cidadão prestante"), é nele que se vão desenvolver e eclodir as tensões insopitáveis do liberalismo com a dominação estamental. Dele saem os defensores mais ardorosos da "liberdade", da "justiça", da "nacionalidade" e do "progresso", os campeões da luta contra o escravismo e os primeiros advogados convictos da "causa da democracia".

O retrato que fizemos situa terrivelmente as limitações histórico-sociais da "revolução da Independência". De um lado, ele põe em relevo que o sentido social e as conseqüências políticas dessa revolução praticamente impuseram o império da dominação senhorial, como uma cadeia de ferro, sobre toda a Nação. Sob a forma de dominação estamental, ela não passaria de uma "tutela", por vezes tão egoísta, acanhada e insensível quanto fora a "tutela colonial". De outro lado, ele demonstra o caráter duplice do liberalismo. Representava a via pela qual se restabeleceriam, encoberta mas necessariamente, os nexos de dependência em relação ao exterior; desvendava o caminho da autonomia e da supremacia não de um Povo, mas de uma pequena parte dele, que lograra privilegiar seu prestígio social e apossar-se do controle do destino da coletividade. Todavia, ao lado desses as-

pectos sombrios, o retrato mostra a dignidade histórico-sociológica da Independência, como revolução política e social, e as funções construtivas do liberalismo. Não é que pensemos que "as coisas tinham de passar-se como se desenrolaram" ou que elas "poderiam ter sido piores". Descartamo-nos, por completo, da ilusão de que a sociedade colonial poderia esboroar-se de uma hora para outra. Também não supomos que o liberalismo teria forças para impor, por si mesmo, a grandeza de sua medida histórica. Jamais ele poderia realizar o milagre de mudar a natureza social das elites senhoriais ou de colocar em outro contexto histórico a formação e a evolução de nossas instituições políticas. A transição da sociedade colonial à sociedade nacional iria desencadear e exigir processos históricos seculares. O importante, com referência às fases imediatas do processo, consistia em determinar-se como os fenômenos apontados concorriam para implantar as bases da integração nacional na ordem social herdada da Colônia. Agora, vamos dar alguma atenção a este problema em outro nível, apenas para concluir e encerrar a discussão das influências do liberalismo no período de formação da sociedade nacional.

A sociedade civil não era tão-somente o palco em que se movimentava o senhor-cidadão. Ela era literalmente, para ele, a "sociedade" e a "Nação". As bases perceptivas e cognitivas de semelhante representação seriam fáceis de explicar, como decorrência da identificação psicossocial do sujeito com o mundo em que transcorria sua existência e no qual suas probabilidades de ação social ganhavam significação política. Por essa razão (e também como conseqüência semântica da dominação estamental: os "outros" não contavam, sendo portanto desnecessário pensar ou falar em nome deles), as elites no poder tendiam a localizar-se e a afirmar-se, historicamente, através e em nome da sociedade civil (a qual, como apontamos, delimitava o espaço social de sua vivência e de sua experiência). Termos ou expressões como "Povo", "Nação", "Opinião Pública", "o Povo exige", "o Povo aguarda", "o Povo espera", "interesses da Nação", "a segurança da Nação", "o futuro da Nação", "a Opinião Pública pensa", "a Opinião Pública precisa ser esclarecida", "a Opinião Pública já se manifestou contra" (ou "a favor") etc. indicavam pura e simplesmente que os diversos estratos das camadas senhoriais deviam ser levados em conta nos processos políticos, desta ou daquela maneira. As verbalizações desse teor não eram meras ficções semânticas. Algumas vezes isso sucedia. Mas, com freqüência, elas

denotavam o nível dentro do qual a dominação estamental aparecia como momento de vontade dos agentes e traduzia alternativas políticas de consenso ou de oposição. Nessa esfera, imperavam a "liberdade" e a "igualdade", tornando-se indispensável atender os requisitos da "opinião livre", como condição para garantir o substrato social, moral e político da dominação senhorial no plano estamental. Em suma, sem precisar ser "monolítica" e "inflexível", esta precisava ter um mínimo de homogeneidade e devia exprimir, real ou virtualmente, a solidariedade política existente ao nível dos estamentos senhoriais. A democracia não era uma condição geral da sociedade. Porém, necessidade e recurso do equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estamental. O debate democrático tinha por fim estabelecer os limites de acordo (ou de desacordo) e as linhas possíveis de solução (ou de omissão) recomendáveis, suscetíveis de merecer a aprovação ou de obter o consentimento dos "cidadãos prestantes" e da parte socialmente válida dos "cidadãos ativos". Por essa razão, a sociedade civil constituía o ponto de referência do debate político e encarnava, em última instância, o árbitro figurado que iria julgar ou estaria julgando o mérito das decisões.

Essa situação fomentou um desequilíbrio persistente entre o comportamento político das elites no poder e os requisitos jurídico-políticos da ordem legal, instituída sob o modelo ideal de um Estado nacional. Embora aquelas elites tivessem de adaptar-se às formas de organização do poder político impostas pela ordem legal, no próprio processo através do qual enfrentavam suas funções políticas transformavam o Governo em meio de dominação estamental e reduziam o Estado à condição de cativo da sociedade civil. Em conseqüência, a ordem legal perdia sua eficácia onde ou quando colidisse com os interesses gerais dos estamentos senhoriais e sua importância para a integração jurídico-política da sociedade nacional passou a depender do modo pelo qual aqueles interesses filtravam ou correspondiam às formas de poder político instituídas legalmente.

Por motivos que não podem ser discutidos aqui, a correlação entre "os interesses gerais dos estamentos senhoriais" e "as formas de organização do poder político instituídas legalmente" tendia a definir-se em função da equivalência entre "Nação" e "sociedade civil". Daí resultavam severas conseqüências para a integração jurídico-política da sociedade nacional. Ela só existia aos níveis em que a ação do Governo e a presença do Estado envolviam concentração de poder suficiente para neutralizar o par-

ticuliarismo da dominação estamental. Ou, alternativamente, nas áreas nas quais suas funções eram neutras para os desígnios ou para os efeitos desse mesmo particularismo. As perspectivas abertas por essas duas possibilidades eram tão acanhadas que elas não chegaram a interferir na manifestação de vários fatores estruturais, adversos à integração nacional, herdados da sociedade colonial (da persistência da escravidão ao monopólio do poder político pelos estamentos senhoriais). Contudo, ainda assim, a esfera neutra, dentro da qual se desenvolviam, bem ou mal, as funções normais do Governo e do Estado, contribuiu para a criação e a expansão de estruturas administrativas, jurídicas e políticas de extensão nacional (embora sua eficácia se medisse por outra escala e às vezes chegasse a ser nula). Doutro lado, no plano propriamente societário, as tendências de integração nacional dependiam, de maneira direta, muito mais dos efeitos resultantes das orientações da dominação estamental que da atuação do Governo ou da influência do Estado. Para objetivar-se e agir politicamente, no patrocínio de seus "interesses gerais", os estamentos dominantes precisavam do aparato administrativo, policial, militar, jurídico e político inerente à ordem legal. E precisavam dele não privada e localmente, mas no âmbito da Nação como um todo. Além e acima disso, a dominação estamental exprimia e dinamizava alternativas políticas que pareciam essenciais ao "favorecimento" ou ao "progresso da livre iniciativa". Por aí, ela se tornava o único polarizador considerável do crescimento econômico interno e das alterações que ocorriam na estrutura da sociedade. No conjunto, porém, o padrão de integração nacional da ordem social refletia, direta ou indiretamente, as disposições, os anseios e as exigências imperantes no seio da sociedade civil. Ela era a "alma da Nação" — o eixo em torno do qual gravitavam suas instituições políticas e o núcleo em que se condensavam seus centros de decisão.

Ora, essa sociedade civil, no período da extinção do estatuto colonial e da implantação da Monarquia constitucional, estava mais comprometida com a defesa da propriedade, da escravidão e de outros componentes tradicionais do *status quo ante*, e mais empenhada na apropriação dos meios de organização do poder que então se criaram, que com as questões concernentes aos requisitos ideais de integração da sociedade nacional. Mesmo nos limites acanhados em que ela se mostrou sensível e racional diante de tais questões, parece evidente que as coisas teriam sido piores não fora a influência do liberalismo (em tal caso, teríamos



como ponto de partida uma organização estatal de modelo mais retrógrado; ou, talvez, ocorresse a fragmentação do País). Por isso, convém dar alguma atenção a este problema. A necessidade de adaptar a dominação senhorial a formas de poder especificamente políticas e organizadas burocraticamente não teria produzido os resultados reconhecíveis, se o horizonte cultural médio dos "cidadãos de elite" não absorvesse idéias e princípios liberais, de importância definida para a sua orientação prática, a sua ação política e o seu comportamento social.

Isso nos leva a retomar as polarizações ideológicas e utópicas do liberalismo, agora para focalizá-las com vistas às funções sociais construtivas que preenchiam nas relações dos estamentos intermediários e superiores com a organização e a estrutura da sociedade global. Sem dúvida, nenhuma revolução sepulta todo o passado de um Povo. Uma revolução que adquiriu conteúdo e conseqüências sociais por sua natureza política, estava fadada a projetar antigas estruturas sociais em um novo contexto político. Contudo, o novo contexto político era, nada mais nada menos, que a ordem legal requerida, institucionalmente, pelo Estado moderno. Portanto, por mais que o passado persistisse, ele não se manteria intacto, pois a *sociedade colonial* brasileira teria de converter-se, em vários níveis de sua organização, numa *sociedade nacional*. Além disso, tal processo era irreversível e, apesar do volume das mudanças iniciais interdependentes, que ele presunha, deveria desenrolar-se e completar-se no plano da duração secular e através da colaboração, da competição e do conflito de um grande número de gerações sucessivas.

O liberalismo não aparece no cenário histórico-social como conexão da preservação do passado. Ao contrário, ele constituía uma das forças que trabalhavam por seu sepultamento, já que a manutenção do *status quo ante* colidia com seu sistema de valores e com sua filosofia política. Onde o Estado nacional emergente se converte em fator da preservação da escravidão, do império da dominação senhorial e da transformação da Monarquia constitucional em cômoda transação das elites senhoriais, isso se dá acima, independentemente e contra as "idéias" e os "princípios" liberais. Estes aparecem e vingam, de fato, sob a outra face do Estado nacional emergente: nas esferas em que ele acarreta mudanças estruturais na organização ou na atuação da sociedade civil e nas quais implanta uma nova dimensão nas relações das elites com o poder, incentivando a formação de uma nova mentalidade no uso do poder ou, pelo menos, provocando novas dis-

posições de sentir, pensar e agir politicamente. Ou seja, a face do Estado nacional emergente, a qual se vinculava, de modo profundo e dinâmico, com as inovações requeridas institucionalmente, a curto e a longo prazo, para que ele próprio fosse possível e para que viesse a contar com uma sociedade nacional que lhe servisse de *background* econômico, social e cultural.

Essa correlação entre o "velho" e o "novo" evidencia que o Estado preenchia funções sociais manifestas em dois níveis distintos. As elites dos estamentos senhoriais precisavam dele, quase na mesma proporção: 1.º) para manter as estruturas sociais que poderiam privilegiar seu prestígio social e, portanto, conduzi-las ao monopólio social do poder político; 2.º) para expandir ou fomentar o aparecimento de condições econômicas, sociais e culturais que deveriam formar o substrato de uma sociedade nacional. O que tem tornado precária e difícil a distinção é que o primeiro aspecto, por ser chocante na emergência de uma Nação do "novo mundo", é mais visível que o segundo. Mas este não só existiu. Foi ele que tornou possível o êxito da Independência e a continuidade do Império, pois era dele que partiam as forças mais ou menos profundas de inovação e de reconstrução.

Por causa da diferenciação estamental e de sua sobreposição a uma estratificação de castas, os efeitos da inovação e da reconstrução iriam se refletir, diretamente, apenas na organização dos estamentos intermediários e superiores. Entretanto, numa sociedade escravista e patrimonialista, só tais estamentos podiam colocar-se diante dos processos de mudança em termos de "querer coletivo" e de "destino histórico". Seus membros possuíam "honra", "riqueza" e "poder", bem como "igualdade" e "liberdade", condições para que pudessem inserir-se na bifurcação que então ocorreu na organização da economia e da sociedade. A estrutura do patrimonialismo permanecia a mesma, pois continuava a manter-se sobre a escravidão e a dominação tradicional. O aparecimento de um Estado nacional, a burocratização da dominação senhorial ao nível político e a expansão econômica subseqüente à "Abertura dos Portos" colocavam em novas bases, contudo, as funções econômicas e sociais dos estamentos intermediários e superiores. De um lado, o "senhor rural" deixava de ser um "agente econômico na Colônia" e passava a entender-se, pelo menos, como "agente econômico independente". Podia inserir-se pessoal ou institucionalmente no fluxo da comercialização das exportações e devia preparar-se para isso, garantindo através da ordem legal as condições jurídicas e políticas de que necessitasse

para preencher seus papéis econômicos na plenitude possível. De outro, a extinção do estatuto colonial também se refletia no comércio de importação. Não só a Metrópole desaparecera e com ela o monopólio desse comércio; os seus representantes dentro do País tiveram de escolher entre “nacionalizar-se” ou “perder seus privilégios” e “partir”. Como conseqüência natural da mudança das funções econômicas do “senhor rural”, o comércio de importação aumentava de importância, o mesmo sucedendo com os agentes humanos que detivessem o seu controle interno. Se se acrescentar a esses dois pontos a necessidade de criar (ou, em alguns casos, de expandir) instituições extrapolíticas complementares ou suplementares do Estado (da rede dos serviços aos bancos), completamos o quadro sugerido. A tais instituições corresponde uma pressão intensa e contínua (em termos relativos) sobre as ocupações qualificadas e as profissões liberais, que não encontravam antes condições favoráveis para se diferenciarem e expandirem. No conjunto, pois, esse quadro assinala o que representou a mencionada bifurcação para o funcionamento do sistema econômico interno e para a diferenciação dos estamentos intermediários e superiores. Uma parte da sociedade global destaca-se, nitidamente, das estruturas tradicionais preexistentes e passa a funcionar, também nitidamente, como o seu “setor livre” e a única esfera na qual a “livre competição” podia alcançar alguma vigência. Assim, começa a formar-se, sob condições e influxos sócio-econômicos adversos (por causa da persistência da escravidão e do patrimonialismo), uma área na qual o “sistema competitivo” pode coexistir e chocar-se com o “sistema estamental”.

É esta área, ao mesmo tempo emaranhadamente ligada aos interesses senhoriais mas dinamicamente incompatível com seus modelos tradicionais ou políticos de dominação, que compeliu as elites no poder a superporem, à ordem tradicional vigente nos costumes e fortalecida pelos efeitos políticos conservadores da burocratização da dominação estamental, uma ordem contratual que se impunha pela nova posição do Brasil no sistema internacional do capitalismo comercial. Sem dúvida, esses desdobramentos também se ligavam aos interesses imediatos das elites no poder. Mas assumiam novos contornos, ligando-se, sobretudo, às conveniências ou às esperanças que as associavam, em função dos estamentos de que eram extraídas, à expansão interna do capitalismo.

Por aí se vê que a ideologia liberal se impunha como um momento de vontade indecisa. Respondia a uma ruptura entre o passado e o presente, mas sem que pudesse apoiar-se no prevale-

cimento deste sobre aquele. A mesma coisa sucederia à utopia liberal. Ela não se realiza, historicamente, como uma escolha clara, inconfundível e definitiva das elites dos estamentos dominantes. Para que subsistissem como e enquanto tais, elas dependiam, em larga medida, da reprodução em tão larga escala do *status quo ante*, que sua identificação com a utopia liberal só podia ter sentido a longo prazo e, ainda assim, como pura conseqüência da absorção do liberalismo como ideologia. Esta emergia como imperativo de certas condições econômicas do presente, que possuíam implicações jurídicas, políticas e sociais inarredáveis. Mas pressupunha uma consideração atenta do futuro, às vezes até do futuro remoto, pois somente nele (ou neles) aquelas condições lograriam configurar os destinos históricos previstos à luz da expansão interna do capitalismo. Por pouco que isso significasse no terreno prático, essa conexão forneceu a principal base psicossocial do “idealismo político” dos estratos que compunham a sociedade civil e das suas elites dirigentes. Pois, ao que parece, foi graças a ela que a *situação nacional* começou a configurar-se, mais ou menos confusamente, não só como superação da *situação colonial*, mas também como transplantação do “progresso” alcançado por nações mais avançadas, como a Inglaterra ou a França.

Tomando-se em conta o padrão assumido historicamente por essa conexão, a propensão à mudança e o “idealismo político” que ela traduzia nada tinham que ver com uma pretensa “imitação servil” ou algum suposto “irrealismo histórico”. O presente e o futuro estão contidos, na mesma escala, nas opções históricas, conscientes ou não, que ficam por trás da absorção de um padrão de civilização. Embora a expansão interna do capitalismo não fosse uma *escolha*, no sentido literal, já que ela decorria de uma posição prévia do Brasil na economia internacional, ela trazia consigo um presente e, com ele, um futuro. Os círculos humanos que souberam atentar, nos limites dos seus interesses imediatos, para as inovações impostas pelo presente, também se mostraram sensíveis às conseqüências que elas acarretavam, como “algo que poderá” ou “algo que deverá suceder”. Dessa perspectiva, o quadro institucional e político no qual emerge a Monarquia constitucional e se desenvolve a democratização do poder ao nível da sociedade civil (como condição e meio da burocratização da dominação estamental), não tinha nada de artificioso. Ele não fora construído em função do presente mas do futuro que aquele presente parecia exigir. Por essa razão, era nesses aspectos, nega-

dos pelo presente tanto como continuação do passado colonial, quanto como início de uma nova era, que os requisitos ideais e os contornos reais da almejada *sociedade nacional* surgiam com maior clareza e vitalidade. Portanto, na medida em que os membros dos estamentos intermediários e superiores se identificavam com a expansão interna do capitalismo, eles propendiam a defender “soluções políticas” que mantinham ou ampliavam a modernização do Estado e sua intervenção construtiva na criação do substrato econômico, social e cultural requerido por uma Nação integrada e independente.

Essa discussão dá fundamento a três conclusões de relativa importância analítica. Primeiro, as motivações ideológicas do liberalismo eram primariamente econômicas e apenas implicitamente políticas (apesar de sua influência histórica ter se desenvolvido numa esfera puramente política). As motivações utópicas do liberalismo, ao inverso, eram diretamente políticas e só secundariamente econômicas (o que está de acordo com a imagem que se fez e ainda se faz da influência do liberalismo; mas o que estava em jogo não era a ideologia liberal, como se pensava e ainda se pensa, mas a utopia liberal). Segundo, tanto o “realismo conservador” quanto o “idealismo liberal” das elites senhoriais têm sido exagerados e, com frequência, de forma unilateral. No caso, “realismo” e “idealismo” são o verso e o reverso da mesma moeda. No contexto histórico, faziam parte de adaptações políticas que correspondiam, inextricavelmente, aos desígnios políticos daquelas elites, empenhadas em privilegiar seu prestígio social, bem como em alcançar e em manter, assim, o monopólio social do poder. Se o reverso “idealista” e “modernizador” não se fez sentir com maior ímpeto, tenacidade e universalidade, isso não se deve à sua ausência. Porém, à preponderância de condições sociais externas e subjetivas que o anularam, aqui e ali, ou o solaparam, ao longo do tempo. Terceiro, a parte mais positiva e politicamente importante da contribuição daquelas elites à visão da integração da *sociedade nacional*, como processo e como realidade, aparece na polarização utópica do liberalismo e, portanto, no “idealismo político” a que ele se associou naquele cenário histórico. Ela não procede dos elementos tipicamente conservadores, inerentes à dominação senhorial, seja ao nível do poder patrimonial, seja ao nível do poder burocrático e político. Por isso mesmo, trata-se antes de uma contribuição virtual e historicamente frustrada, que de algo tangível e concretizado socialmente. Ainda assim, ela deixou alguns frutos, como a imagem

puramente ideal do Brasil como *Nação realizada* (e, portanto, “soberana” e “integrada”) e a tendência dúplice a tolerar-se o presente possível, sonhando-se indefinidamente (e por vezes lutando-se) pelo “futuro melhor”<sup>6</sup>.

Não é fácil resumir aqui o segundo aspecto do elemento puramente revolucionário, inerente à Independência<sup>7</sup>. Tem-se dado pouca atenção àquilo que os sociólogos poderiam designar como requisitos estruturais e funcionais da ordem nacional, constituída através da Independência e da implantação da Monarquia constitucional. Além disso, alguns desses requisitos, mesmo os essenciais para o desenvolvimento equilibrado daquela ordem nacional, desde o início tiveram existência mais ou menos precária e meramente potencial. Muitos deles só adquiriram consistência estrutural e vitalidade funcional bem mais tarde, depois da consolidação do Estado nacional independente e da formação do substrato material ou moral, que ele requeria. A presente discussão deve limitar-se, pois, a questões já esclarecidas pelas investigações históricas ou que podem ser consideradas, por uma razão ou por outra, sociologicamente axiomáticas. Doutro lado, ela deverá pôr ênfase nos aspectos da situação histórica que vinculavam o presente ao futuro, *voltados para a frente e para o desenvolvimento ulterior da sociedade brasileira*.

A natureza do enfoque, neste assunto, apresenta evidente importância analítica. O País possuía, graças ao desenvolvimento sócio-econômico no período colonial e ao legado português<sup>8</sup>, alguma unidade interna e fortes tendências para preservá-la. Entre os fatores destas tendências, contavam fundamentalmente as orientações adaptativas dos estamentos senhoriais às condições de mudança e a atuação política de suas elites diante dos problemas colocados pela reintegração dos padrões de organização da econo-

<sup>6</sup> Essa tendência tem sido vista, interpretativamente, como uma evidência da conciliação ou da alternância entre “conservantismo” e “reformismo” na evolução da sociedade brasileira. Todavia, a análise acima demonstra que ela não passa, de fato, de uma incapacidade flagrante das elites, no poder de realizarem, historicamente, as utopias de que são socialmente portadoras.

<sup>7</sup> Conforme acima, pp. 32-34.

<sup>8</sup> O legado português já é bastante conhecido graças à contribuição de autores como Oliveira Lima, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda etc. Sobre o que ele representou, sociologicamente, para a formação do “Brasil moderno” e a continuidade da civilização ocidental em nosso País, segundo as opiniões do autor, cf. *Mudanças Sociais no Brasil*, pp. 165-171; e a primeira parte do primeiro capítulo do presente volume.

mia, da sociedade e da cultura. Sem dúvida, eram elites relativamente à altura de suas responsabilidades históricas e em condições de enfrentar aqueles problemas dentro dos limites das transformações em processo. Pelo menos duas gerações dessas elites possuíam vários componentes extremamente ativos na esfera política e que contavam: 1.º com cultivo intelectual segundo padrões europeus (no mínimo, conforme os modelos imperantes na Corte portuguesa; mas, às vezes, superior a estes); 2.º experiência política, administrativa ou político-administrativa e, portanto, discernimento suficiente para se conduzirem por si próprias nos embates com o terrível desafio de alicerçar uma sociedade nacional sobre estruturas herdadas do mundo colonial; 3.º um inconformismo irredutível, no que dissesse respeito à Independência e à construção de um Estado monárquico aberto à burocratização do poder estamental (sentido dentro do qual se manifestavam os anseios de democratização do poder), e um realismo insofreável, nascido da prática da dominação patrimonialista nas estruturas coloniais e da consciência do que representava a persistência daquelas estruturas — em particular do seu principal componente: a escravidão — como barreira à organização de um Estado moderno e, principalmente, à própria integração da sociedade nacional; 4.º habilidade para o exercício da liderança e um mínimo de altruísmo no desempenho de suas responsabilidades políticas, o que foi fundamental para ajustamentos tipicamente ambivalentes, com um olho posto no presente (pelo qual se dava a composição com o passado) e outro colocado no futuro (pelo qual se justificavam as inovações mais ou menos arrojadas); 5.º um mínimo de diferenciação interna, a qual permitiu que tais ajustamentos, medularmente dúplices por causa da ambivalência apontada, pudessem absorver alternativas ou opções históricas material, política ou moralmente imperativas às diferentes facções dos estamentos senhoriais/(o que deu continuidade e funções construtivas às fricções ou às alternações entre “espírito conservador” e “espírito liberal”; e impediu, com intensidade crescente, que a dominação patrimonialista fosse regulada, no plano estamental e político, pelos valores estreitos que imperavam no âmbito do domínio). É provável que a transferência prévia da Corte tenha contribuído, também, para quebrar o acentuado provincianismo colonial e para alargar o horizonte cultural dos setores mais ativos e esclarecidos das elites dos estamentos senhoriais. De qualquer modo, sabe-se que, pelo menos no Rio de Janeiro e em algumas outras cidades, existiam padrões de convivência e for-

mas de comunicação relativamente refinados ou eficazes. Se se acrescentar a esse quadro as massas insatisfeitas, desocupadas ou semi-ocupadas, que se concentravam em tais cidades, e a ressonância que elas podiam dar a atitudes ou comportamentos inconformistas daquelas elites, compreende-se que o setor mais experiente dos estamentos senhoriais tinha diante de si um palco promissor para sua atuação política criadora. Desde que não se pusessem em questão “os interesses sagrados da Nação”, abertamente confundidos e identificados pelos estamentos senhoriais com os interesses da Lavoura e mola mestra do seu radicalismo político, havia uma vasta área para a assimilação de novas adaptações econômicas, políticas e sociais. E ela foi, de fato, palmilhada nas direções possíveis pelas elites que ocuparam o cenário histórico, antes ou depois da consolidação do Estado nacional independente.

O que há de sociologicamente relevante, nessas adaptações, não é só a existência de combinações “postiças” ou “anacrônicas” ou o caráter aberto das inconsistências culturais que elas pressupunham. A vitalidade, a tenacidade e a plasticidade com que certas aspirações e valores novos se impuseram, de forma quase coletiva, às elites dos estamentos senhoriais, também constitui algo crucial. Graças a dinamismos psicossociais, que lançam suas raízes em tais aspirações e valores, a percepção, a explicação e a aceitação da realidade, como processo social, sofreram alterações mais ou menos profundas, as quais exprimiam, em muitos pontos, uma ruptura irreversível com o passado colonial e com a tradição cultural nele imperante. Por meio de alterações dessa natureza, homens que se viam forçados a preservar a estrutura de velhas instituições, procuravam suscitar novas vinculações entre elas e a sociedade, ao mesmo tempo que se propunham criar para esta uma ordem global que não existia antes. Assim, ligava-se o potencialmente possível ao aparentemente ideal, abrindo-se brechas na tradição patrimonialista de converter o passado em modelo do presente, configurando-se o futuro como medida de valor dos processos históricos e definindo-se a capacidade de arrostar as exigências do presente como a única válida garantia do “futuro da Nação”. Esse aspecto dos dinamismos psicossociais subjacentes à socialização das elites senhoriais é de extrema significação analítica, porque indica com clareza que a polarização nacional da dominação estamental rompeu, no plano político, os bloqueios que continuaram a prevalecer, indefinida e profundamente, ao nível doméstico, da unidade de produção e

do mandonismo local. Atendo-nos ao que nos interessa de momento, parece fora de dúvida que essa diferenciação da esfera da percepção, da explicação e da aceitação da realidade surgia como uma sorte de fatalidade histórica. Como já mencionamos, não seria possível extinguir-se o estatuto colonial sem construir-se uma ordem social nacional. Doutra lado, não seria possível erigir-se uma sociedade nacional, mesmo nos limites em que isso era necessário à montagem da dominação estamental, sem se agregarem dimensões novas à ordem social herdada da sociedade colonial. A composição ou o amálgama com o passado possuía, portanto, cissuras e "avanços para a frente" que não podem ser ignorados e que precisam, ao contrário, de uma compreensão que ponha em relevo os papéis construtivos logrados pelo "presente", pelo "futuro" e pelo "progresso" nos processos perceptivos, cognitivos e pragmáticos<sup>9</sup> dos agentes humanos, socialmente atuantes. Se não se fizer isto, jamais se entenderá como e por que os mesmos círculos sociais responsáveis pela preservação de estruturas coloniais são, em escala análoga, igualmente responsáveis pela formação e pela consolidação de nova ordem social, que serviu de base à emergência e ao desenvolvimento de uma sociedade politicamente independente e nacionalmente integrada.

Ao combinar na mesma composição ou no mesmo amálgama forças que defendiam a perpetuação do passado no presente e forças que defendiam alguma espécie de ruptura com o passado (inclusive forjando-se um presente que o negasse e idealizando-se um futuro exclusivamente vinculado às determinações históricas de semelhante presente), as elites dos estamentos senhoriais colocavam-se a serviço da inovação cultural e se comprometiam, axiologicamente, com os processos histórico-sociais que transcendiam às situações e aos papéis sociais que elas viviam. Neste sentido, as adaptações econômicas, sociais e políticas — através das quais a burocratização da dominação patrimonialista foi divorciada de seus modelos tradicionais e projetada quer aos interesses e às formas de solidariedade coletivos dos estamentos dominantes, quer aos requisitos materiais, jurídicos e políticos da existência positiva

<sup>9</sup> Na presente discussão, por falta de conceito melhor, usamos o termo pragmatismo (e outros, dele derivados) para designar o comportamento social inteligente, espontâneo ou organizado, que se volta para a transformação da realidade (cf. Karl Mannheim, *Libertad y Planificación Social*, parte IV, esp. pp. 209 ss.). Nesse sentido, quando nos referimos a "processos pragmáticos", temos em vista tanto o que vários sociólogos modernos chamam de "atividade social inconformista", quanto o que Marx designava como "atividade revolucionária" e "praxis subversiva".

de uma Nação, quer à implantação de um determinado tipo de Estado nacional independente — constituíram o fulcro da formação e do desenvolvimento da ordem social nacional no Brasil. Não é difícil inferir-se por que os ajustamentos históricos assumiram essa direção. Graças e através da Independência, *Nação* e *Estado nacional independente* passaram a ser "meios" para a burocratização da dominação patrimonialista e, o que é mais importante, para a sua transformação concomitante em dominação estamental típica. Por conseguinte, eles também eram "condições" e "meios": 1.º para resguardar as estruturas coloniais em que se fundavam, econômica, social e moralmente, as formas tradicionais de dominação patrimonialista; 2.º para privilegiar, politicamente, o prestígio social dos estamentos senhoriais, fator essencial da burocratização da dominação patrimonialista e sua transformação em dominação estamental propriamente dita. Portanto, sob esse aspecto, a preservação de velhas estruturas e o privilegiamento dos estamentos senhoriais possuíam, na sociedade brasileira da época, um sentido revolucionário. Eram condições para o rompimento com o estatuto colonial e, ao mesmo tempo, para erigir-se a construção da ordem social nacional a partir da herança colonial (ou seja, de uma "revolução dentro da ordem").

A luz desta interpretação, a dominação patrimonialista vinculava, ao nível da sociedade global, os interesses e as formas de solidariedade dos estamentos senhoriais à constituição de um Estado nacional independente e à ordenação jurídico-política da Nação. O desenvolvimento prévio da sociedade, sob o regime colonial, não criara, por si mesmo, uma Nação. Mas dera origem a estamentos em condições econômicas, sociais e políticas de identificar o seu destino histórico com esse processo. Desse modo, a constituição de um Estado nacional independente representava o primeiro passo para concretizar semelhante destino. Por meio dele, os interesses comuns daqueles estamentos podiam converter-se em *interesses gerais* e logravam condições políticas para se imporem como tais. Ao se concretizarem politicamente, porém, os referidos interesses tinham de se polarizar em torno da entidade histórica emergente, a Nação. Somente ela poderia dar suporte material, social e moral à existência e à continuidade de um Estado independente. Assim, ao enlaçar-se à fundação de um Estado independente e à constituição de uma sociedade nacional, a dominação patrimonialista passou a preencher funções que colidiam com as estruturas sociais herdadas da Colônia, com base nas quais ela própria se organizava e se legitimava socialmente e as quais ela

deveria resguardar e fortalecer. Sua duração, em condições de equilíbrio relativo e de indiscutível eficácia (pelo menos dentro dos limites dos desígnios políticos dos estamentos senhoriais), sugere que ao longo da evolução do Império ela não chegou a ser posta em causa realmente e que não surgiram forças sociais novas, empenhadas em rearticular, politicamente, transformação da *ordem social global e integração nacional*.

Dois momentos interdependentes, embora contraditórios (e em muitos aspectos sob tensão insolúvel), marcam pois a situação social de existência dos homens que "fizeram história", na transição da época colonial para a fase imperial da época nacional. Um deles objetivava as estruturas coloniais, convertendo o presente em espelho do passado. Outro fazia do presente uma realidade ambígua e fluida mas inspiradora e determinante, que objetivava o que o Brasil passaria e deveria ser graças à Independência, à fundação de um Estado nacional e à aquisição dos "foros de civilização" de uma Nação. Esse momento possuía um alto poder fermentativo e explosivo, pois contradizia o passado e tendia, inevitavelmente, a superá-lo. As tensões e as fricções não se manifestaram de imediato, já que os agentes socialmente ativos fundiam ambos os momentos em sua visão do mundo, em sua consciência histórica e em sua atuação social construtiva. Todavia, o segundo momento preencheu, desde logo, funções inovadoras — seja recalibrando a articulação das forças ou estruturas sociais persistentes à sociedade global em reconstrução, seja forjando as novas forças ou estruturas sociais, que imprimiam fins históricos a essa reconstrução, ao orientá-la no sentido da integração nacional. A estas funções prendem-se, de maneira específica: a transformação do horizonte cultural das camadas dirigentes; a reorganização do fluxo da renda e do sistema econômico; o aparecimento e a intensificação de mecanismos permanentes de absorção cultural; e a emergência da *política econômica* como dimensão técnica da burocratização da dominação estamental.

Vários aspectos da transformação do horizonte cultural das camadas dirigentes já foram discutidos acima, através da análise das polarizações e das funções do liberalismo. Agora, cumpre-nos focalizar outros aspectos, que se relacionam com os processos perceptivos, cognitivos e pragmáticos que orientaram, presumivelmente, as atitudes e os comportamentos sociais dos agentes nas fases em que ocorrem a emergência e a consolidação de um Estado nacional independente. Na verdade, o *status quo ante* não seria alterado se os estamentos senhoriais mantivessem totalmente

intactas suas concepções sobre a organização da sociedade e suas técnicas de poder. O que havia de essencial, como consequência limitadora do estatuto colonial, é que eles não podiam realizar, politicamente, sua condição econômica e social de estamentos dominantes. O estatuto colonial suprimia essa possibilidade, que era partilhada, indireta e precariamente, através da Coroa, de seus representantes legais e da condição de vassalo nobre (portanto, leal à Coroa e com requisitos para se converter em seu representante legal)<sup>10</sup>. A implantação de um Estado nacional independente constituía a única via pela qual se poderia romper o bloqueio à autonomia e à plena auto-realização dos estamentos senhoriais; e fornecia-lhes, ao mesmo tempo, o caminho mais fácil e rápido para a extensão do patrimonialismo do nível doméstico, da unidade de produção e da localidade para o da "comunidade estamental" da sociedade global e do comportamento político. Assim, o patrimonialismo se converteria em dominação estamental propriamente dita e ofereceria aos estamentos senhoriais a oportunidade histórica para o privilegiamento político do prestígio social exclusivo que eles desfrutavam, material e moralmente, na estratificação da sociedade.

O domínio senhorial, porém, não continha elementos para dar fundamento e viabilidade culturais a semelhante transformação. Organizado sob o signo e as limitações do estatuto colonial, ele podia conferir independência econômica, poder de mando quase ilimitado e prestígio social exclusivo na escala do próprio domínio. Como seria de supor, a autonomia que ele gerava era, por si mesma, uma fonte de limitação e de sujeição, pois, como parte da ordem social colonial, ele não podia produzir senão o fortalecimento e a continuidade dessa mesma ordem social. A razão disso é bem conhecida. Tratava-se de uma autonomia e de um poder de mando que dividia e separava os iguais, tornando-os indiferentes ou beligerantes entre si. Cabia à Coroa realizar a união, o que esta fazia em favor do poder real e dos seus próprios desígnios, ou seja, a perpetuação do *status quo* e das vantagens que o estatuto colonial lhe conferia. Por isso, para que o prestígio social dos estamentos senhoriais pudesse ser privilegiado politicamente, era necessário que surgisse um fator de solidariedade que repousasse na comunidade de interesses dos senhores, mas transcendesse à organização interna do domínio. Esse

<sup>10</sup> Nessas condições, muitos naturais da Colônia conseguiram projetar-se no Reino e ter acesso a carreiras notáveis na Corte, no Brasil ou no resto do Ultramar.

fator vem a ser a criação de um Estado nacional independente. Os estamentos senhoriais ganhavam uma causa, a Independência e, principalmente, a transformação do Brasil em Nação; e adquiriam meios para dar validade e eficácia à comunidade de interesses econômicos, sociais e políticos, isto é, para estender sua dominação do plano do domínio para o plano da coletividade (o que se operou gradualmente, mediante a absorção dos papéis administrativos, jurídicos e políticos configurados em torno da ordem legal emergente, ou seja, pela burocratização da dominação estamental).

O que importa considerar, nesse complexo processo histórico-social, são as implicações socioculturais da polarização assumida historicamente pelo elemento político. Este tinha, como base, o prestígio social dos agentes, o qual se assentava no domínio senhorial e nas técnicas de dominação patrimonialista. O que deu origem e fundamento ao seu privilegiamento foi, no entanto, a necessidade de criar um Estado nacional independente, e, em seguida, de consolidar e de manter a ordem social nacional, que ele pressupunha estrutural e dinamicamente. Graças a essa polarização, o mesmo agente humano era chamado a realizar suas probabilidades de poder ao nível do domínio e ao nível da Nação. Embora no segundo nível ele só transcendesse e negasse o primeiro em nome da comunidade de interesses e das formas de solidariedade correspondentes, é óbvio que, nessa alteração, para efeitos políticos o domínio deixava de ser visto em si mesmo e passava a ser considerado à luz de suas conexões com as referidas comunidade de interesses e formas de solidariedade dos estamentos senhoriais. Houve, portanto, alargamento das esferas psicossociais de percepção da realidade, de representação ou de explicação do mundo e de atuação prática. O que chamamos de *domínio* (a plantação encarada através de sua vinculação com as técnicas tradicionais de organização e de dominação patrimonialistas), daí por diante é inseparável da idéia e da existência objetiva da *Nação*. Não importa como esta se definia, etnocentricamente, no horizonte cultural das camadas senhoriais. Importa que "domínio" e "Nação" tenderiam a mesclar-se, estruturalmente, em todas as matérias que dissessem respeito à normalidade da ordem social constituída.

Dessa perspectiva, a criação de um Estado nacional independente não significou, apenas, o advento de uma ordem legal que permitia adotar uma rede de instituições mais "moderna" e "eficaz". Ela também representou a conquista de uma escala mínima

de regularidade, de segurança e de autonomia na maneira de pensar o presente ou o futuro em termos coletivos. Com ela, impunha-se uma nova orientação do querer coletivo. Toda e qualquer ação, de maior ou menor importância para a coletividade, voltava-se de um modo ou de outro para dentro do País e afetava ou o seu presente, ou o seu futuro, ou ambos. Portanto, com a Independência e a implantação de um Estado nacional, configurava-se uma *situação nacional* que contrasta, psicossocial e culturalmente, com a *situação colonial* anterior. Os estamentos senhoriais não só tiveram de realizar uma rotação copernicana em sua concepção do mundo e do poder, para se adaptarem a essa alteração. Eles tiveram de avançar, lenta e penosamente, em alguns casos, ou rápida e satisfatoriamente, em outros, para ajustamentos psicossociais culturalmente inovadores, que se tornavam mais ou menos inevitáveis a partir do instante em que o domínio deixava de ser uma espécie de mundo social em si e para si, auto-suficiente mas incapaz de beneficiar-se de sua auto-suficiência. Em correspondência a essa alteração, o típico "senhor rural" deixa de ser, em graus naturalmente muito variáveis, um agente divorciado dos processos histórico-sociais do ambiente. Na medida em que progride a burocratização da dominação patrimonialista e em que se consolida o Estado nacional emergente, *domínio* e *Nação* tenderão a harmonizar-se como pólos diferenciados, distantes mas interdependentes. O seu destino ganha, assim, duas facetas e lhe será cada vez mais difícil e arriscado voltar as costas para o cenário mais amplo, no qual sua autonomia se metamorfoseava em liberdade e sua autoridade se transfigurava em poder político.

Malgrado a persistência e a vitalidade do privatismo, esse fato possui uma significação econômica, social e política que nunca será de mais ressaltar. Os únicos segmentos de expressão histórica dentro do País mobilizam-se com o fito consciente e expresso de "organizar a sociedade nacional" e o fazem de maneira a identificar seus interesses econômicos, sociais e políticos com a "riqueza", a "independência" e a "prosperidade" da Nação. Embora daí resultasse que burocratização do poder estamental e integração nacional fossem fenômenos equivalentes, o que acarretava a elevação do privatismo em princípio de ordenação societária, nem todos os efeitos dessa vinculação seriam "particularistas". Ao contrário, essa conexão é que conferiu aos senhores rurais condições para converterem a satisfação de seus objetivos privados comuns em fator político de interesse geral. Assim, a

*situação nacional* adquiria um significado político que transcendia ao privatismo e que emanava, diretamente, da entidade sociocultural nova, da qual ela fluía. Isso se fazia sentir tanto na mudança do destino social interno dos estamentos senhoriais, que passavam de vítimas privilegiadas do esbulho colonial a “donos do poder”, quanto na mudança de sua posição nas relações com o exterior, nas quais o controle do aparelho estatal redundava em novos mecanismos reativos de autodefesa. Semelhantes possibilidades suscitavam um estado de espírito algo diverso do que prevalecera antes da derrocada do mundo colonial, pois ao mesmo tempo que aumentavam o poder e a escala de previsão com referência ao futuro, também aumentavam a segurança e o otimismo diante dos assuntos práticos. Em consequência, o horizonte cultural desses círculos sociais sofreu profundas alterações, em seus conteúdos e em sua organização<sup>11</sup>. Dois fatos concomitantes contribuíram para estender a amplitude e para intensificar a aceleração desse processo psicossocial. A hegemonia política das camadas estamentais lhes assegurou relativa segurança, na fase de burocratização de seu poder político. De outro lado, muitos problemas colocados por essa burocratização foram enfrentados como *problemas técnicos*, pois diziam respeito aos requisitos jurídico-políticos da ordem legal. Se existissem ou surgissem forças sociais capazes de pôr em xeque o privilegiamento político das camadas senhoriais, é provável que o processo assumisse curso diferente. Nas condições transcorridas historicamente, porém, a mencionada coincidência concorreu, de maneira evidente e indiscutível, para aumentar a maleabilidade, a eficácia e a racionalidade das adaptações políticas, desenvolvidas pelas elites senhoriais através da burocratização da dominação patrimonialista. Muitos “senhores rurais” continuaram apegados às técnicas tradicionais e ao antigo isolamento. Não obstante, em todas as regiões do País, uma porção considerável respondeu conscienciosamente às obrigações dos *cidadãos ativos*, oferecendo uma base adequada à seleção dos *cidadãos prestantes* e, entre estes, ao peeneiramento intensivo de elites políticas altamente qualificadas. Em outras palavras, os estamentos senhoriais reagiram produtivamente à situação nova, assumindo com notável rapidez os novos papéis políticos, ou jurídicos, ou administrativos, em todas as

<sup>11</sup> Outros aspectos do fenômeno já foram considerados acima (na discussão sobre as polarizações do liberalismo no contexto histórico social) ou serão ventilados adiante (em conexão com outros efeitos da mudança sociocultural).

esferas da organização do poder (central, provincial e municipal). Tudo isso quer dizer que participavam, ativa e construtivamente, da emergência da Nação como realidade política. Podiam fazê-lo, porque seu horizonte cultural se alterara, em seus conteúdos e em sua organização, no decurso do processo; e, ao fazê-lo, adaptavam o seu horizonte cultural, cada vez de modo mais extenso e profundo, às exigências de uma Nação “independente” e “moderna”.

A reorganização do fluxo interno da renda e do sistema econômico seguiu um caminho paralelo à transformação do horizonte cultural das camadas senhoriais. Entretanto, ao que parece, as coisas seguiram mais depressa na esfera econômica, malgrado a persistência e os influxos negativos das estruturas coloniais no setor agrícola. Na verdade, a implantação de um Estado nacional independente não nasceu de nem correspondeu a mudanças reais na organização das relações de produção. Doutro lado, as forças sociais que controlaram os processos políticos teriam congelado qualquer alteração desse tipo, se o congelamento fosse historicamente viável. O único fato positivo, de teor dinâmico novo, relaciona-se com as potencialidades econômicas da grande lavoura. No passado colonial recente, elas eram tolhidas, solapadas ou neutralizadas através de mecanismos dirigidos pela Metrópole; a emergência da ordem social nacional não só representou a abolição desses mecanismos, como o aparecimento de novas condições, naturais e artificiais, de incentivo e de proteção aos “interesses da lavoura”. Por conseguinte, a relação da lavoura com o contexto econômico sofreu alterações relevantes e suas potencialidades econômicas foram rapidamente absorvidas pelo meio sócio-econômico. Apenas a persistência de velhas estruturas (e aí cumpre ressaltar o efeito relativamente amortecedor da mudança econômica, que provinha da preservação do trabalho escravo) impediu que tais potencialidades repercutissem com maior intensidade na dinamização da vida econômica e do crescimento dos outros setores. Mas esses aspectos foram amplamente corrigidos ou compensados por outros efeitos. Há a considerar, aí, dois tipos de conseqüências: 1.º as reações em cadeia à supressão do estatuto colonial e da ordem social correspondente; 2.º as pressões diretas e indiretas que as novas estruturas políticas exerciam sobre a diferenciação e a expansão do sistema econômico. Estas pressões não podem ser subestimadas, pois, no caso, a construção de um Estado nacional independente teve de ser acompanhada da criação e da diversificação de vasta rede



de serviços (o que contribuiu para acelerar o desenvolvimento urbano), e significou o controle do poder pelas elites senhoriais (o que acarretou um novo tipo de adaptação da economia do País às condições heteronômicas impostas pelo mercado externo).

No plano por assim dizer mecânico e imediato, colocam-se várias alterações substanciais. É preciso não perder de vista que, apesar da persistência de estruturas econômicas coloniais e da continuidade da posição heteronômica em relação ao exterior, os mecanismos centrais da vida econômica passaram a gravitar em torno de interesses individuais ou coletivos internos e a se organizarem a partir deles. A persistência de estruturas econômicas coloniais foi limitativa, sem dúvida, já que impediu qualquer mudança na concentração social da renda e qualquer correção de suas distorções. Contudo, ela não podia interferir em outros efeitos e, em particular, naqueles efeitos que se associavam à diferenciação do sistema econômico, nas condições vigentes de interdependência entre grande lavoura e trabalho escravo. Tampouco ela poderia impedir os desenvolvimentos econômicos impostos pela criação de um substrato material para o funcionamento do Estado e pelas primeiras manifestações da emergência de uma economia integrada nacionalmente. Como os processos econômicos mais significativos para o crescimento ulterior se desenrolavam como consequência das transformações no modo de ordenar, dirigir e explorar os fatores econômicos (efeitos econômicos de um processo político: a grande lavoura libera-se dos entraves resultantes do *estatuto colonial* e organiza-se como força econômica), as alterações estruturais e dinâmicas mais relevantes ocorrem ao nível da reorganização do fluxo da renda e do seu impacto sobre a economia interna. Antes, o fluxo da renda era canalizado de dentro para fora. Graças à extinção do *estatuto colonial* e à Independência, ele passa a orientar-se para dentro. Parece fora de dúvida que, tanto no plano interno quanto no plano da vinculação com o mercado externo, as vantagens diretas e imediatas foram, como salientam os estudiosos, pouco profundas. O País livrou-se da condição legal de Colônia, mas continuou sujeito a uma situação de extrema e irredutível heteronomia econômica. Não obstante, como as elites senhoriais absorveram o controle da economia, do Estado e da vida social, elas não só colocaram um paradeiro ao "esbulho colonial", transferindo para si próprias parcelas da "apropriação colonial", que ficavam em mãos da Metrópole ou de seus agentes econômicos. Elas adquiriram uma posição mais vantajosa seja para participar

de forma compensadora na renda gerada pela exportação, seja para gerir livremente as aplicações reprodutivas (ou sibaríticas) do excedente econômico. Sob esses aspectos, a constituição de um Estado nacional independente punha termo à forma de exploração colonial, que submetia o agente econômico interno a uma inevitável e irredutível espoliação típica. Além disso, deixava-o livre para explorar, nos limites de suas possibilidades, os modelos de ação econômica absorvidos dos centros hegemônicos externos. A grande lavoura, centralizando-se no trabalho escravo e na dominação patrimonialista, solapou de várias maneiras o desenvolvimento histórico-social desse processo. Mas ela não interferiu negativamente (entenda-se: em escala nacional), nem sobre as consequências especificamente sociais da reorganização do fluxo da renda (as quais intensificaram a concentração social interna da renda, ao aumentar a participação do agente econômico privilegiado sem redistribuir os benefícios; mas, com isso, também aumentou sua capacidade econômica de fazer face a novos papéis econômicos, sociais e políticos), nem sobre os rumos tomados pela interdependência crescente entre diferenciação do sistema econômico e desenvolvimento urbano.

Assim, ao mesmo tempo em que desapareciam os focos de heteronomia econômica, social e política, regulados pela vigência do *estatuto colonial*, surgiam novos padrões de organização interna do fluxo da renda. Esta deixou de ser canalizada normalmente para fora; e ganhou um suporte social interno, os agentes econômicos que controlavam a grande lavoura e, em seguida, também os que controlavam o "grande comércio" (ou seja, a exportação e a importação). Limitando-nos ao essencial: 1.º a internalização do fluxo da renda forçou, de modo direto, a diferenciação dos papéis econômicos; 2.º ela também contribuiu para modificar a composição do sistema econômico. As consequências do primeiro tipo prendem-se às condições institucionais do intercâmbio econômico. No período colonial, as fases de comercialização do produto, independentemente de sua natureza ou complexidade, tendiam a ser absorvidas de fora (pela Coroa, seus agentes econômicos ou prepostos e pelas companhias comerciais que controlavam o mercado dos produtos tropicais). A tendência foi para a rápida internalização dessas fases, com maior transferência do capital estrangeiro para dentro do País, mas com a absorção correspondente das instituições econômicas e da tecnologia que elas exigiam. Isso não só deu origem a uma rápida evolução do comércio voltado para a exportação e do sistema de

crédito; fez com que a participação do País nos negócios de exportação se estendesse, de modo parcial ou completo, à renda gerada por essas fases. Ao referido fator devem-se acrescentar certos efeitos dinâmicos da constituição de um Estado Nacional independente. Este impôs às camadas estamentais novos tipos de contato e de comunicação, novos padrões de mobilidade horizontal e, mesmo, algumas transformações em seu estilo de vida. Pelo menos os cidadãos ativos que foram engolfados nas elites políticas e se converteram em cidadãos prestantes se viram forçados a desempenhar novos papéis sociais e políticos, com frequência em cenários distantes (nas capitais das Províncias ou na Corte imperial), o que redundava em novos dispêndios no financiamento do *status* senhorial e facilitava o acesso a papéis econômicos em expansão nos núcleos urbanos. As conseqüências do segundo tipo prendem-se aos efeitos do crescimento tumultuoso da circulação, que atingiu maiores proporções nos centros urbanos e uma intensidade relativamente dramática na Corte.

Essas transformações repercutiram, estrutural e dinamicamente, em três níveis distintos da vida econômica. De um lado, contribuíram para a liberação e a dinamização de móveis puramente capitalistas do comportamento econômico, que antes eram sufocados pelo impacto do estatuto colonial ou em virtude do isolamento e do crescimento horizontal (quando ocorria algum crescimento) da grande lavoura. De outro, colocaram em novas bases a organização interna de uma economia de mercado, pelo aparecimento e aumento contínuo de grupos de consumidores com vários padrões de exigências e pela intensificação da especialização econômica (a primeira tendência foi fundamental para a expansão do comércio, com incremento concomitante das importações e da produção artesanal ou manufatureira interna; e, a segunda, teve grande importância para a inclusão paulatina da economia de subsistência ao mercado interno e para formas incipientes de integração econômica regional). Por fim, suscitaram a recalibração econômica do comércio, que se transfigura à medida que se diferencia quantitativa e qualitativamente, passando a contar, de modo crescente, como segundo pólo dinâmico das atividades econômicas<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Na caracterização típico-ideal dos fenômenos econômicos considerados foi tomada, como fonte de referência histórica, a cidade do Rio de Janeiro, dos fins do século XVIII aos meados do século XIX. Em outras cidades (e também nas regiões correspondentes), operando-se dentro da mesma unidade de tempo, os traços típico-ideais ressaltados

O aparecimento e a intensificação de mecanismos permanentes de absorção cultural já foram mencionados por várias vezes, na discussão do liberalismo e das implicações culturais da implantação de um Estado nacional independente. No contexto histórico considerado, tanto as tendências de desenvolvimento político e econômico quanto as tendências de crescimento urbano imprimiam à modernização um caráter desordenado mas difuso e intenso. As principais pressões modernizadoras provinham da formação e da consolidação de uma ordem social nacional. Criar um Estado nacional ou forjar uma Nação significa organizar o espaço econômico, social e político de uma forma peculiar. Não só se torna necessário imprimir regularidade e eficácia a certos serviços, certos tipos de comunicação ou de contato e a certas instituições integrativas de âmbito nacional; é preciso assimilar a tecnologia que torna possível semelhante organização do espaço econômico, social e político, na qual se funda o conhecimento, a capacidade de previsão e o controle dos homens sobre os processos econômicos, sociais e políticos que operam dentro desse espaço, preservando ou alterando seu padrão de equilíbrio segundo objetivos ou direções determinados pelo querer coletivo. Na época da transplantação da Corte, uma parte das elites senhoriais, pelo menos, já adquirira certa experiência em relação às principais fases ou produtos desse processo. As condições histórico-sociais imperantes favoreceram, singularmente, o rápido envolvimento dos demais segmentos das elites senhoriais e, o que é mais importante, imprimiram à modernização amplitude, proporções e intensidade consideráveis para uma sociedade literalmente submersa no tradicionalismo. O setor que eventualmente poderia resistir às mudanças encontrava nelas um meio para conquistar autonomia real e para assumir o controle político da Nação emergente. Doutra lado, como ele próprio regulava e conduzia, através de suas elites, as diferentes fases do processo, nada tinha a temer das inovações socioculturais e tudo tinha a ganhar do que elas representassem para a "organização nacional".

Por isso, as pressões da reorganização do fluxo da renda e do sistema econômico, da constituição de um Estado nacional

podem não aparecer (caso da cidade de São Paulo, por exemplo); ou podem, então, aparecer com menor intensidade (caso da cidade de Recife, por exemplo). Tais flutuações notórias explicam-se pelo grau de vitalidade alcançado, na época, pela grande lavoura e por suas repercussões no crescimento econômico. O processo descrito, porém, logo se tornaria universal na sociedade brasileira.

e do crescimento urbano sobre a absorção de tecnologia, de instituições e de valores sociais puderam ser enfrentadas sem tensões graves e sob aceleração crescente. Em algumas áreas, os modelos assimilados se beneficiavam da acumulação prévia de experiência (tome-se, por exemplo, a diferenciação e a expansão do comércio sob a influência inglesa); em outras, os modelos importados ficaram sujeitos a redefinições e a adaptações mais ou menos precárias e deformadoras (foi o que aconteceu, por exemplo, com as instituições jurídicas e políticas, que deveriam moldar uma ordem legal democrática, mas se converteram, basicamente, em instrumentos da burocratização da dominação patrimonialista ao nível estamental). O que importa ressaltar, porém, não são esses aspectos, mais ou menos contingentes, dadas a precariedade do ponto de partida (uma situação colonial) e a vulnerabilidade do querer coletivo em causa (as disposições de elites senhoriais de um País em que imperava o tradicionalismo e que dependia da produção escravista para o autocrescimento); são as duas funções que a absorção cultural preencheu desde o início. Primeiro, a função por assim dizer universal: a esse processo prende-se, de fato, a lenta construção do arcabouço material e moral de uma Nação. Sob esse aspecto, cabia-lhe dotar a sociedade brasileira de capacidade para reproduzir, autonomamente, os atributos culturais de uma sociedade nacional. Enquanto fora Colônia, essa perspectiva ficara totalmente vedada. O Brasil passava a participar diretamente, então, através de suas possibilidades virtuais ou reais, do estoque de técnicas, de instituições e de valores sociais da civilização ocidental contemporânea. Desse ângulo, a pressão interna não caminhava somente na direção de um certo grau de modernização (ou de "progresso", como se dizia). Mas, de um estilo definido de modernização, o que envolvia a absorção concomitante do padrão de civilização que o tornava possível. Assim, a assimilação de novos modelos de organização das casas comerciais, das manufaturas, dos bancos, dos serviços públicos etc., tanto pressupunha certo "progresso institucional", quanto a objetivação de condições culturais internas de integração de uma "sociedade nacional", de uma "economia de mercado" etc. Nessa área, a tradição cultural tinha de ser inevitavelmente sacrificada ou posta de lado, onde e quando a superação de velhos hábitos e de técnicas sociais arcaicas o permitissem. Segundo, uma função que se poderia chamar de interferente: data daí a propensão das elites dominantes a interpretar todo processo de mudança social como "assunto privado".

É certo que nunca mais se repetiram as condições estimulantes desse momento histórico. Nunca mais as "elites no poder" iriam se revelar tão abertas diante da aventura da inovação cultural e tão seguras ou confiantes em face dos seus resultados reconhecíveis antecipadamente. Contudo, algo aconteceu, nesse período, que elevou uma reação tipicamente estamental a necessidades prementes de mudança sociocultural à categoria de norma ideal do comportamento social inteligente. O fato é que o êxito alcançado e o modo de alcançá-lo acabaram se impondo como padrão normal da reação societária a qualquer tipo de mudança. A tutela estamental acabou sendo socialmente definida como uma sorte de equivalente histórico do "despotismo esclarecido" e a única via pela qual a sociedade brasileira poderia compartilhar com segurança os avanços do "Progresso". Na época, semelhante racionalização não foi nem improdutiva nem perigosa, pois os estamentos senhoriais estavam engolfados num processo revolucionário. Com o tempo, porém, a dominação estamental perdeu suas funções construtivas para a integração nacional ou se viu historicamente abolida e condenada. A racionalização, não obstante, persistiu e fortaleceu-se, como se somente os grupos privilegiados econômica, social e politicamente tivessem suficiente discernimento e patriotismo para fazer opções diante de mudanças socioculturais de significação histórica. Independentemente de tais reflexões, que se tornam atuais e pungentes em nossos dias, é óbvio que a função interferente foi culturalmente produtiva nas fases de transição do mundo colonial para a sociedade nacional ou de consolidação desta última. Nesse contexto histórico, ela suscitou disposições de mudança cultural que dinamizaram o teor construtivo da dominação estamental e que impeliaram o Império a forjar a herança cultural que iria condicionar o desenvolvimento ulterior do "Brasil moderno".

A emergência de uma política econômica em concomitância com a implantação de um Estado nacional independente é assunto muito controvertido entre os nossos estudiosos. Para muitos, ela seria uma conquista recente. Não nos colocamos entre os que pensam desse modo. Uma "política econômica" não é matéria de *ultima ratio*; para que ela exista, sequer é necessário o aparecimento de controles políticos ativos sobre processos econômicos ou seus efeitos indesejáveis. Basta que certas técnicas de dominação sejam aplicadas, por estamentos, classes sociais ou em nome da coletividade, na defesa de situações de interesses ou da própria posição de dominação a partir da ordem legalmente

estabelecida. Nesse sentido, ela abre vários graus de combinação de fatores racionais e irracionais na condução das questões econômicas de importância fundamental para os estamentos, as classes sociais ou a coletividade. Sob outros aspectos, esta pode ou não ser levada em conta; e, quando isso sucede, ela poderá ser levada em conta de maneira real ou de forma meramente suposta e fictícia. O que ocorreu com o Estado nacional independente é que ele era liberal somente em seus fundamentos formais. Na prática, ele era instrumento da dominação patrimonialista ao nível político. Por essa razão, esdrúxula para os que não raciocinam sociologicamente, ele combinou de maneira relativamente heterogênea e ambivalente as funções da Monarquia centralizada com as da Monarquia representativa. Enquanto veículo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estamental no plano político, tratava-se de um Estado nacional organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais. Enquanto fonte de garantias dos direitos fundamentais do "cidadão", agência formal da organização política da sociedade e quadro legal de integração ou funcionamento da ordem social, tratava-se de um Estado nacional liberal e, nesse sentido, "democrático" e "moderno". As conclusões da discussão sobre as polarizações e as funções sociais do liberalismo indicam o que pensamos desse pretensível dilema. Ele não possui razão de ser. Os dois aspectos se somam, como parte dos dois momentos<sup>13</sup>, a que nos referimos acima. Se as camadas senhoriais não se apoiassem em ajustamentos políticos altamente egoísticos e autoritários, correriam o risco de uma regressão econômica, da perda do controle do poder e da inviabilidade do Estado nacional. Se elas não aceitassem certas condições ideais do modelo absorvido de organização do Estado nacional, este não abriria perspectivas à formação e ao fortalecimento progressivos do substrato material e moral de uma sociedade nacional, ou seja, estaria condenado como realidade histórica. No mínimo, o País se fragmentaria em várias unidades políticas hostis, pois a hipótese alternativa seria a feudalização da dominação patrimonialista. Assim, a impossibilidade de romper frontalmente com o passado e de optar claramente por um certo futuro é que impôs o Estado-amálgama. Por ser um amálgama, ele preencheu as funções mutuamente exclusivas e inconsistentes a que devia fazer

<sup>13</sup> Cf. acima, p. 56.

face, estendendo a organização política e a ordem legal através e além do vazio histórico deixado pela economia colonial, pelo mandonismo e pela anomia social. A medida que se realizou, nesta direção, foi criando condições políticas ou culturais para a depuração paulatina dos ingredientes inconsistentes e conflitantes entre si.

Se se toma semelhante orientação interpretativa — que pressupõe, liminarmente, que não há nada de mais no fato de um Povo ter sido Colônia e que uma Nação não nasce pronta e acabada — parece evidente que a primeira consequência verdadeiramente política da burocratização da dominação patrimonialista e da criação de um Estado nacional independente foi a emergência gradual de uma nova dimensão nas relações econômicas. Estas passaram a refletir as posições a partir das quais os estamentos senhoriais iriam adaptar-se às transformações da ordem interna e das estruturas de poder externas. Revelam, em outras palavras, a emergência gradual da política econômica como realidade histórica.

A sua manifestação mais tosca, imediata e elementar aparece em conexão com o privilegiamento do prestígio social dos estamentos senhoriais. Ao garantir monopólio do poder político aos estamentos senhoriais, o privilegiamento constitui um mecanismo político de preservação e fortalecimento das estruturas sócio-econômicas em que assentavam seu prestígio social exclusivo. Todavia, uma manifestação mais complexa exterioriza-se através da secularização de atitudes e dos padrões de comportamento econômico. A reorganização interna do fluxo da renda introduziu o elemento competitivo nas relações econômicas dos "senhores rurais", entre si ou com outros agentes econômicos. A partir do momento em que eles podiam inserir-se e participar diretamente das diferentes fases internalizáveis da comercialização dos produtos exportados, eles se liberavam da expropriação colonial, mas convertiam-se, automaticamente, em puros agentes de transações comerciais. É curioso que os "senhores rurais" não repeliram os benefícios econômicos desse processo, os quais procuravam, ao contrário, incrementar. Contudo, reagiram a ele de forma caracteristicamente estamental, tanto na esfera dos costumes (escamoteando o caráter comercial de suas atividades econômicas) quanto na esfera do poder político organizado (através de medidas administrativas e políticas que privilegiavam, de maneira crônica, os "interesses da Lavoura" e a "segurança do produtor agrícola"). De outro lado, embora muitos deles se envolvessem precocemen-

te em negócios valorizados economicamente pela expansão das cidades, timbravam em ver na agricultura a "verdadeira fonte de riqueza" e o único ramo econômico "capaz de acautelar o futuro da Nação". Ao seu comportamento político era inerente, portanto, o privilegiamento em escala nacional de seus interesses econômicos comuns. Uma terceira manifestação, ainda mais sutil, evidenciava-se ao nível das relações com o mercado externo. Na verdade, a Independência e a criação de um Estado nacional melhoraram a posição do "senhor rural" como agente econômico em face desse mercado. Mas não o livraram de dependências que provinham da situação completamente heteronômica da economia brasileira. Para resguardar-se dos efeitos nocivos ou desvantajosos dessa situação, sempre que a adversidade o exigisse com alguma latitude e segundo certos mínimos de modo permanente, os "senhores rurais" aprenderam bem depressa a manipular estrategicamente, em seu favor, os fatores de defesa interna que pudessem ser mobilizados com relativa eficácia. Por essa razão, a extrema concentração da renda ocultava uma política tipicamente estamental de proteção dos interesses econômicos senhoriais, contra qualquer outro tipo de interesse, de indivíduos, de outros grupos ou da coletividade. Daí provinha um envolvimento explícito do Estado numa tela de obrigações que deveriam recair sobre a iniciativa privada, mas que esta reclamava como um direito (da criação de capital social, que beneficiasse unilateralmente os interesses privados ou coletivos dos "lavradores", à intervenção direta ou indireta na gestação de mecanismos adicionais de transferência da renda para a "Lavoura"). Nesse nível, é claro que o Estado nacional absorvia funções político-econômicas típicas de Nações dependentes. Mas, ao fazê-lo, convertia-se em instrumento da dominação estamental no plano econômico. Como tais funções não visavam, estrategicamente, a extinção ou a atenuação dos focos de heteronomia da economia nacional, procurando apenas combater seus efeitos conjunturais negativos sobre o nível de renda dos "senhores rurais", elas revelam dentro de que limites o funcionamento normal do Estado garantia, pura e simplesmente, verdadeiros privilégios econômicos.

Ao lado dessas manifestações, em que o Estado emergia na vida econômica como condição para a eficácia ou a regularidade da dominação política dos estamentos senhoriais, duas dimensões da política econômica revelam o aspecto novo das conexões funcionais do Estado nacional com a organização da economia. Primeiro, fiel aos princípios do liberalismo econômico, o Estado

orientou-se, decididamente, no sentido de proteger e de fortalecer a iniciativa privada. Malgrado certas incompreensões da lavoura e certas interferências dos importadores, essa filosofia teve alguma importância prática, principalmente para a organização do mercado de gêneros de subsistência (onde também se faziam sentir as pressões dos "senhores rurais", interessados em preços baixos) e para a expansão de manufaturas. Segundo, o Estado assumiu vários encargos importantes, que visavam garantir continuidade de mão-de-obra escrava, estabelecimento de meios de comunicação e de transporte, criação de serviços públicos, fixação de colônias etc., que visavam diretamente a gestação das estruturas econômicas requeridas por uma sociedade nacional. Muitas vezes, tais encargos encontravam apoio e incentivo em pressões de tipo estamental. Com frequência, porém, eles nasciam de desígnios independentes, voltados para a necessidade de organizar e expandir a economia de mercado, de aumentar ou de diferenciar a produção, de corrigir a dependência econômica em relação ao exterior etc. Nessa esfera, configurou-se relativamente depressa a tendência a identificar a política econômica com a busca e a conquista da "verdadeira autonomia da Nação". Ela não redundou numa rápida e considerável ampliação dos limites de atuação prática do Estado, em consequência da crônica escassez de recursos, das limitações e inconsistências do poder público, das interferências internas ou externas etc. Ainda assim, a ela se prendem as primeiras tentativas deliberadas de usar meios políticos para acelerar, diferenciar ou orientar o crescimento econômico e para dotar a sociedade nacional de um substrato econômico suficientemente integrado para garantir sua unidade ou independência políticas.

Ao terminar esta digressão sobre as implicações econômicas da Independência e da implantação de um Estado nacional no Brasil, conviria resumir as principais conclusões de ordem geral, que encontram fundamento sociológico nas análises desenvolvidas. Essas conclusões giram em torno de cinco problemas fundamentais e serão expostas tendo-se em vista que a autonomização política constitui um complexo processo histórico-social, no qual lançam suas raízes todos os desenvolvimentos decisivos ulteriores da sociedade brasileira. Essa afirmação, em nosso entender, é particularmente válida para a formação do chamado "*Brasil moderno*", floração cultural da silenciosa revolução sócio-econômica, em que aquela revolução política iria desdobrar-se, lentamente, ao longo do tempo.

Primeiro, a autonomização do País inicia-se como um fenômeno medularmente político. Não houve transformação prévia, concomitante ou subsequente da organização das relações de produção. Ao contrário, pelo menos no que respeita à grande lavoura, setor básico da economia colonial, a autonomização política processou-se em condições que pressupunham a preservação e o fortalecimento dos padrões coloniais de organização das relações de produção. No entanto, cumpre ressaltar que a autonomização política, ao eliminar os entraves decorrentes do estatuto colonial e ao internalizar os controles da vida econômica, vinculou esses padrões de organização das relações de produção, estrutural e dinamicamente, às tendências de integração, diferenciação e crescimento da economia interna. Em consequência, as potencialidades puramente econômicas das estruturas econômicas coloniais iriam robustecer-se e externar-se de modo completo na época da sociedade nacional. Embora isso seja, aparentemente, um paradoxo, é compreensível que as coisas se passassem assim. Suprimida a forma de apropriação colonial associada ao estatuto jurídico-político de Colônia, tais estruturas passavam a dar maior rendimento e a dinamizar suas potencialidades econômicas limites como partes de um sistema econômico em processo de integração nacional. Até que ponto essa observação é verdadeira, atesta-o o ciclo econômico que se desenrolou nas condições histórico-sociais e políticas novas, o do café. O paradoxo está no fato de que a "revolução nacional" não resultou de uma "revolução econômica" nem concorreu para forjar ideais de autonomia econômica que implicassem ruptura imediata, irreversível e total com o passado recente. Antes, consolidou e revitalizou as funções da grande lavoura, como pólo dinâmico da economia interna, servindo de base à referida expansão limite das estruturas econômicas coloniais.

Segundo, não são as alterações do mercado externo e do sistema internacional de poder que explicam, sociologicamente, essa evolução histórica. As alterações do mercado externo e do sistema internacional de poder explicam duas coisas: a) a existência de pressões externas favoráveis à extinção do estatuto colonial, as quais constituíam requisitos estruturais e dinâmicos da depuração das relações econômicas ao nível da economia mundial (eliminação das alíquotas que cabiam à Metrópole, a seus prepostos e agentes econômicos na mercantilização dos produtos tropicais brasileiros, as quais os oneravam desnecessariamente, em particular nos termos do comércio dos novos centros hegemônicos);

b) o interesse desses centros por processos de autonomização política que pudessem conduzir à extinção do estatuto colonial, sem provocar a derrocada das demais condições (é preciso não esquecer que tais condições eram basicamente econômicas e constituíam a garantia de manutenção de certos fatores, como níveis de oferta ou de preços dos produtos tropicais no mercado internacional, controle de sua mercantilização a partir de fora, restabelecimento dos nexos coloniais por mecanismos econômicos indiretos, suplementados por procedimentos diplomáticos e políticos etc. Isso configura o tipo de neocolonialismo que presidiria e orientaria, daí por diante, a incorporação e a subordinação das economias periféricas das "Nações emergentes" às economias centrais das "Nações dominantes"). A evolução histórica em questão explica-se por processos histórico-sociais internos, apenas condicionados e estimulados favoravelmente pelas alterações do mercado externo e do sistema internacional de poder. Parece fora de dúvida que as elites que dirigiam os ajustamentos políticos das camadas senhoriais defrontaram-se com uma dura alternativa na esfera econômica. A economia do País não oferecia nenhuma perspectiva de alteração estrutural súbita; de outro lado, se voltassem as costas às tendências assumidas pelas pressões externas, a regressão econômica seria fatal. Como se converteram na "categoria social revolucionária" e lograram o monopólio do poder, procuraram enfrentar aquela alternativa da maneira viável que lhes era mais compensadora: recorrendo ao privilegiamento econômico de suas atividades práticas. Tratava-se de uma reação estamental típica, que determinou o que iria prevalecer na definição social e na reintegração societária do *status* dos "senhores rurais". Na verdade, esse *status* abrangia duas dimensões sócio-econômicas distintas. Uma relacionava-se com a estrutura do domínio e com a posição decorrente do senhor nas relações de dominação patrimonialista (de cunho e âmbito tradicional); a outra relacionava-se com a polarização pessoal e social do senhor no processo de produção da renda, montado sobre o domínio colonial: a renda não provinha de tributos, mas da mercantilização de bens produzidos pelo trabalho escravo. Se prevalecesse a primeira dimensão, os "senhores rurais" se converteriam em uma aristocracia agrária; se prevalecesse a segunda, eles se converteriam numa burguesia agrária. A burocratização da dominação patrimonialista, nascida ela própria do privilegiamento político do prestígio social exclusivo das camadas senhoriais, tanto abriu caminho à dominação estamental propriamente dita, quanto susci-

tiu a necessidade de se desenvolverem suportes econômicos dimensionados à sua existência e perpetuação. O privilégio econômico das atividades práticas das camadas senhoriais assumiu, assim, o caráter de um "imperativo histórico". Ele acarretava a continuidade pura e simples dos padrões coloniais da "grande lavoura", com todo o séquito de condições que a tornavam tão imprópria à integração nacional — a escravidão, o latifúndio, a monocultura extensiva, a especialização na produção e exportação de certos "produtos tropicais", a extrema concentração social da renda, a exigüidade e a descontinuidade do mercado interno, a dependência das importações, o crescimento econômico descontínuo e horizontal etc. Todavia, nas condições histórico-sociais e econômicas imperantes, ele se apresentava como o recurso acessível mais eficaz para proteger os níveis de produção e de exportação alcançados pela economia colonial (portanto, também representava o recurso mais eficiente para combater e conjurar os riscos de uma regressão econômica estrutural).

Terceiro, essa conclusão obriga-nos a considerar como operavam, nas circunstâncias em que se processou o privilégio econômico das atividades práticas das camadas senhoriais, os móveis econômicos capitalistas, que se inseriam no comportamento dos "senhores rurais". As transformações apontadas não afetavam nem a organização da produção nem o "espírito" ou a "mentalidade" dos agentes econômicos privilegiados. A importância dos fenômenos ocorridos, para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é antes indireta e catalisadora que propriamente determinante. A opção pelo *status senhorial* indica: 1.º) que as pressões externas não eram bastante fortes para estimular o desenvolvimento do capitalismo no seio da "grande lavoura" (as evidências demonstram que, ao contrário, elas podiam ser perfeitamente atendidas através de processos de autonomização política que não se refletissem na estrutura das relações de produção); 2.º) que os "senhores rurais" não podiam despojar-se da condição estamental como e enquanto agentes econômicos, presumivelmente porque, de outra forma, deixariam de contar com os mecanismos que os privilegiavam economicamente, através da concentração social da renda (aliás, era na concentração social da renda que repousavam a viabilidade e a prosperidade econômicas da "grande lavoura", como conexão econômica do setor colonial da economia mundial — isso tanto sob o "estatuto colonial" propriamente dito quanto sob as modalidades de neocolonialismo que se iriam suceder posteriormente, inspiradas no liberalismo econômi-

co e balanceadas pelo capitalismo industrial). Dada essa conjuntura, por paradoxal que seja, os "senhores rurais" tinham de empenhar-se, como e enquanto agentes econômicos, antes na preservação e na depuração das antigas estruturas econômicas coloniais que em sua transformação ou eliminação. Por isso, os fatores dinâmicos de sua situação econômica levaram-nos a se concentrar na defesa dos meios de manutenção e crescimento da economia escravista e a um repúdio mais ou menos generalizado e sistemático ao elemento burguês dos seus papéis econômicos. É provável que, se as circunstâncias fossem diferentes e outra a conjuntura, o quadro histórico também fosse diverso. Sob a hipótese de que se instaurasse, rapidamente, um ciclo econômico novo e de grande vitalidade, sob oferta constante e crescente de mão-de-obra livre, pode-se conjecturar que as coisas poderiam passar-se de outro modo. Como tal alternativa não se consumou, o que nos resta é reconhecer, objetivamente, que os "senhores rurais" mantiveram a mentalidade econômica construída sob a economia colonial e que foi graças a ela que lograram relativo êxito no ajustamento de suas atividades práticas e na adaptação do Estado nacional independente à situação econômica com que se defrontaram.

Isso posto, cumpre conduzir a análise para outros aspectos de sua atuação social. Se a mudança foi neutra ao nível das relações econômicas que afetaram o domínio (ou a estrutura e o funcionamento da plantação), o mesmo não sucedeu em outros níveis. A autonomização política e a burocratização da dominação patrimonialista imprimiram à produção e à exportação as funções de processos sociais de acumulação estamental de capital. Como essa alteração coincide com o aparecimento e a diferenciação de novos papéis políticos, econômicos e sociais das camadas senhoriais e com a emergência, em seu seio, de um novo estilo de vida que intensificava o dispêndio com o *status*, a responsabilidade social e a mobilidade horizontal, ela acabou se convertendo em condição estrutural de desenvolvimento interno do capitalismo. De um lado, o elemento competitivo assumiu maior importância dinâmica na esfera em que o "senhor rural" se inseria, diretamente, nos mecanismos de mercado como agente econômico. Embora essa influência fosse neutralizada ou mitigada de várias maneiras (pelo controle exterior desses mecanismos; pelo retraimento predominante de considerável parcela de produtores, que preferiam delegar a condução das transações a prepostos ou aos próprios agentes dos interesses externos; pela debilidade das agências que

absorviam, internamente, as funções de institucionalizar as fases internalizáveis de comercialização dos “produtos coloniais”; etc.), ela concorreu perceptivelmente para mudar a mentalidade econômica pelo menos dos “senhores” mais ativos e arrojados. De outro lado, as mesmas conexões estão na raiz de vários ajustamentos econômicos das elites senhoriais, que seriam inconcebíveis no passado recente ou à luz das implicações morais da dominação tradicionalista, imperante nas relações patrimonialistas estruturadas em torno do domínio. Assim, a acumulação estamental de capital passou a produzir novos dividendos sociais, na medida em que os referidos “senhores” se engolfavam na vida urbana e nas oportunidades que ela acarretava, especialmente aos que se dispunham a aceitar os papéis de “capitalista” e de “proprietário”, vinculados a aplicações ou especulações com o capital, condenadas pelo antigo código ético senhorial. O que importa assinalar, em termos da análise sociológica, é o que representam essas funções histórico-sociais da acumulação estamental do capital para o desenvolvimento interno do capitalismo. Como ocorreu em outras sociedades estamentais — e, em particular, na história da aristocracia agrária européia — esse tipo de acumulação de capital condiciona as fases incipientes de formação do capitalismo. Contudo, ao contrário do que sucedeu na evolução da aristocracia agrária em regiões da Europa que aparentam certas semelhanças com o Brasil, aqui não se chegou a contar com fatores econômicos, sociais e políticos<sup>14</sup> que pudessem reduzir a duração, no fluxo histórico, das funções sócio-econômicas da acumulação estamental de capital, convertendo-a em processo de duração histórica limitada (ou seja, em uma fase do desenvolvimento econômico). Em consequência, o referido processo se cristalizou, adquirindo caráter social recorrente e o significado de um estado econômico permanente, persistindo mesmo à desagregação da ordem social patrimonialista e à universalização do regime de trabalho livre. Dessa maneira, embora o setor colonial da economia brasileira sofresse várias alterações sucessivas, para adaptar-se às condições internas de uma economia nacional, à expansão da economia urbana, ou pura e simplesmente às transformações do neo-

<sup>14</sup> Seria inútil enumerar e discutir tais fatores. Eles são muito variados e bem conhecidos, indo da capacidade econômica criadora das elites senhoriais às potencialidades de crescimento econômico auto-sustentado, incluindo elementos contingentes ou variáveis, como os conflitos sociais no campo e na cidade, a ascensão de uma burguesia de origens nobres, plebéias ou mistas, o grau de aceleração com que se formam e integram estruturas econômicas nacionais etc.

colonialismo no mundo moderno, ele se manteve suficientemente integrado para eternizar um processo pré-capitalista de acumulação de capital.

Quarto, ao que parece, o primeiro grande salto que se deu na evolução do capitalismo no Brasil é antes de natureza sociocultural que econômica. A autonomização política pressupunha alterações concomitantes na organização da personalidade, da cultura e da sociedade, que envolviam um novo tipo de internalização e de vigência histórica da civilização ocidental moderna no Brasil. Surgia, em suma, um novo estilo de vida; e este requeria, por sua vez, que a sociedade brasileira se adaptasse, internamente, à existência e à expansão de uma economia de mercado. A economia construída no período colonial e preservada em suas estruturas ou funções básicas, fornecia, em si mesma, um incentivo muito limitado a semelhante transformação. Ao contrário do que sucedera nos países da Europa, nos quais a produção rural, controlada pela aristocracia agrária, se destinava ao consumo interno, o Brasil exportava a sua produção rural. Por conseguinte, a internalização das atividades econômicas nem sempre acarretou autonomização econômica e, de maneira geral, o País não contava com uma ordem econômica integrada a partir da utilização independente de seus próprios recursos e de suas forças econômicas. A primeira tentativa para adaptar o País a uma ordem econômica dessa natureza vincula-se à implantação de um Estado nacional. Como assinalamos, este requeria certos suportes econômicos tanto para dar consistência à dominação patrimonialista ao nível político, quanto para forjar as bases psicossociais ou socioculturais que deveriam ligá-lo ao destino da Nação. No entanto, a absorção dessa ordem econômica foi relativamente difícil e demorada. De um lado, porque o único avanço real na esfera da autonomização econômica se manifestara na esfera da produção rural, controlada pela aristocracia agrária. Essa autonomização teve, pois, uma importância estreita para a diferenciação e a integração da economia nacional. Ela apenas redundou no fortalecimento da capacidade adaptativa do “senhor rural” a situações, fases ou conseqüências da transação dos “produtos tropicais” que podiam ser manipuladas, de uma forma ou de outra, através de fatores internos. As outras influências, relacionadas com a autonomização econômica relativa do setor colonial — especialmente as que se vinculam com a diferenciação dos papéis econômicos dos “senhores rurais” e com os efeitos integrativos



da especialização econômica<sup>15</sup> — se fizeram sentir *ab initio*, todavia numa escala que só foi relevante para o crescimento urbano do Rio de Janeiro e, em proporções bem menores, do Recife e São Salvador. De outro lado, a persistência das estruturas de produção colonial polarizava os dinamismos econômicos nas relações da produção interna com o mercado externo e mantinha um padrão de heteronomia econômica quase sufocante. Boa parte do crescimento econômico e de seus reflexos sobre o desenvolvimento urbano teve origem, nesse período, nas alterações que a autonomização política introduziu nas relações de dependência econômica, resultantes desse padrão de heteronomia. Caíam nessa categoria: as atividades de crédito, financiamento ou de comércio, que foram internalizadas em consequência da extinção do estatuto colonial (e que eram controladas de fora, através dos agentes ou prepostos que os importadores dos “produtos tropicais” instalavam no País); a expansão do comércio, especialmente do dito “alto comércio”, em larga parte nas mãos de firmas estrangeiras ou de seus prepostos nacionais e portugueses; os serviços públicos, que se organizavam em função do interesse ou da participação dos capitais e das técnicas estrangeiras. Além disso, havia uma “influência invisível”, que procedia das estruturas econômicas dominantes: os agentes empenhados nessas áreas novas movimentavam-se, no plano econômico, sob incentivos que reproduziam, de forma disfarçada, a propensão de ganho inerente à acumulação estamental. Nesse sentido, tendiam a privilegiar economicamente seus interesses, convertendo-se, literalmente, em puros agentes especulativos (em termos relativos de uma economia colonial controlada por uma aristocracia agrária; e não nos de uma economia impulsionada por processos de autonomização política e de integração nacional). Não obstante, dada a continuidade da concentração demográfica, da mobilidade horizontal das elites senhoriais (provocada por motivos primordialmente políticos e só derivadamente econômicos, mas suscetível de engolfá-las

<sup>15</sup> A secularização das relações econômicas ao nível do mercado internacional conduziram, internamente, à eliminação de fatores que encareciam a produção agrícola. O domínio evoluiu, por isso, no sentido de reduzir sua auto-suficiência econômica e tende a comprar no mercado interno os gêneros que deixava de produzir. Outros fatores, que não podem ser examinados aqui, concorriam conjuntamente para essa transformação, de enorme importância para a expansão do mercado interno e que levava os “senhores rurais” a tomar posição política diante dos problemas relacionados com a economia de subsistência e o custo dos gêneros.

na diferenciação dos papéis econômicos), do afluxo de capitais, de técnicas e de unidades empresariais estrangeiras, da divisão do trabalho e da diferenciação social, duas tendências econômicas lograram condições para se perpetuarem e para atuarem como fatores dinâmicos de consolidação de uma ordem econômica vinculada à utilização independente dos recursos internos e das forças econômicas do meio social ambiente.

Uma delas relacionava-se com a expansão de uma economia de mercado diferenciada, nuclearmente ligada ao desenvolvimento urbano, mas tangencialmente articulada a diversas manifestações regionais concomitantes de integração da economia de subsistência ao comércio interno. Outra, associada à predominância da mentalidade competitiva nas relações econômicas que se desenrolavam sob o signo dessa economia de mercado diferenciada, polarizada em torno da concentração demográfica, da divisão social do trabalho, do desenvolvimento urbano e da especialização econômica. As duas tendências foram continuamente fortalecidas por outros mecanismos, que introduziam os efeitos econômicos indiretos da autonomização política na esfera do desenvolvimento econômico. Ao quebrar-se o isolamento da “grande lavoura”, esta passou a interagir com a economia interna em vários níveis, que afetavam desde os custos de sua produção (por causa da aquisição de gêneros e outros bens no mercado interno) até as aplicações dos capitais excedentes. Igualmente importante parece ser o fato de que a continuidade do desenvolvimento urbano (e do crescimento econômico que ele engendrava) contribuía para dar um destino construtivo à propensão de privilegiar estamentalmente as atividades econômicas novas. Além de estimular a circulação monetária, isso incrementava o que se chamou, na época, de “febre de iniciativas”. Por fim, as atividades voltadas para a criação do substrato econômico requerido por uma sociedade nacional concorriam tanto para estimular a diferenciação do sistema econômico (nos planos setorial e regional), quanto para acelerar o próprio crescimento econômico (também nesses dois planos). O intercruzamento entre a expansão da economia urbana e a expansão da produção rural destinada ao consumo interno imprimia a esse processo de diferenciação estrutural um sentido histórico novo, pois a vitalidade de crescimento econômico local ou regional assumiu, em tal contexto, as funções de aumentar o grau de autonomia econômica relativa do País.

Nessa conjuntura, o tipo de ordem econômica associado ao padrão de civilização do mundo ocidental moderno, absorvido com

os ideais de Independência e de organização de um Estado nacional, encontrava condições materiais e morais para desenvolver-se internamente. Onde semelhante conjuntura conseguiu concretizar-se historicamente, acomodando-se às estruturas econômicas preexistentes ou impondo-se a elas e assimilando-as<sup>16</sup>, o capitalismo emergia segundo os requisitos estruturais e dinâmicos daquele padrão de civilização. Assim, a implantação do capitalismo em novas bases econômicas e psicossociais constitui um episódio de transplantação cultural. Ele não "nasceu" nem "cresceu" a partir da diferenciação interna da ordem econômica preexistente (o sistema econômico colonial). Mas vincula-se a um desenvolvimento concomitante de tendências de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico, que tinha seus suportes materiais ou políticos na economia colonial, sem lançar nela as suas raízes. Em consequência, o salto ocorrido na esfera econômica não corresponde, geneticamente, a um processo de diferenciação (contínua ou súbita) das mesmas estruturas econômicas. Representa um processo novo, que extrai parte de sua substância das estruturas preexistentes, mas que se organiza, desde o início, como uma estrutura divergente, nascida da conjugação histórica de novas possibilidades de ação econômica e de novos padrões de organização do comportamento econômico.

Sob esse aspecto, semelhante estrutura econômica divergente poderia ser designada como um "setor novo" da economia brasileira. A ordem econômica que nele imperava era tida, por causa das conexões ideológicas e utópicas do liberalismo com a ordem legal vigente, como *ideal* (porque satisfazia melhor as exigências do padrão de civilização transplantado) e como *normal* (porque continha, de fato, certos requisitos econômicos mínimos de um Estado nacional independente). Não obstante, ela era apenas a ordem econômica que se implantara no "setor novo" e demoraria muito tempo para que ela se difundisse e se impusesse como a ordem econômica dominante<sup>17</sup>. Portanto, estamos diante de uma evolução histórica em que o "setor velho" da economia não se transformou nem se destruiu para gerar o "setor novo". Daí se originou um paralelismo econômico estrutural, tão orgânico

<sup>16</sup> As alternativas apontadas prendem-se às diferentes situações-limites, ocorridas em função da predominância das estruturas preexistentes ou das estruturas emergentes no desenvolvimento econômico, em escala regional ou nacional.

<sup>17</sup> Isso só ocorreria com a desagregação da ordem patrimonialista e a consequente implantação do regime republicano.

e profundo quão persistente. Mesmo quando o elemento senhorial se envolvia no "setor novo", ele não o fazia em nome de sua qualidade de *empresário rural* (destino histórico que foi repellido), mas em sua condição estamental (como *senhor agrário*), a única que se poderia projetar livremente na estrutura social das cidades e encontrar dentro dela, através de posições como as de "morador", "proprietário" ou "capitalista", as bases sociodinâmicas para a preservação do prestígio social e a reelaboração societária da dominação patrimonialista. Doutro lado, o "setor novo" deveria ligar o seu destino às cidades e às funções sociais construtivas que os ideais políticos de integração nacional conferiam à modernização econômica e, por meio desta, ao desenvolvimento do capitalismo nos moldes europeus. Por isso, para afirmar-se e expandir-se, ele teria de negar e de superar, a longo prazo, as estruturas econômicas, sociais e políticas a que se acomodara inicialmente.

Essa maneira de ver as coisas sugere que existem duas linhas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Uma, que se origina com a própria colonização e se prende aos desígnios econômicos do capitalismo comercial. Ela primeiro projetou o "senhor agrário" numa posição marginal e, mais tarde, o converteu em sujeito de transações econômicas, cujos agentes verdadeiros ficavam no exterior. Como a vinculação com o "espírito capitalista" se dava ao nível da comercialização dos produtos, em ambas as fases esse elemento foi neutro em relação à organização dos fatores da produção agrária. A autonomização política, porém, acarretou uma relativa autonomização econômica das camadas senhoriais. Contudo, estas não se aproveitaram do processo em um plano puramente econômico, conduzindo os efeitos dessa relativa autonomização econômica para dentro da própria economia agrária; mas fizeram-no em um plano puramente estamental, consagrando-se como agentes econômicos privilegiados (isso tanto no que se refere à perpetuação de privilégios econômicos anteriores, quanto no aproveitamento das oportunidades econômicas novas, surgidas com a reorganização econômica de uma Nação emergente). A outra linha originou-se da autonomização política e das tendências históricas que ela engendrou, de criação de uma economia, de um Estado e de uma sociedade nacionais, sob modelos institucionais tomados da civilização ocidental moderna. Aí, os alvos que se definiam socialmente eram bastante complexos. Os ideais absorvidos gravitavam em torno da reprodução interna da ordem econômica das "Nações avançadas", que exerciam hegemonia econômica, cultural, política e diplomática sobre o País. Toda-

via, as possibilidades concretas chocavam-se com esses ideais, porque o principal pólo da vida econômica voltava-se para fora e a acumulação estamental de capital neutralizava ou reduzia as potencialidades de crescimento econômico auto-sustentado. Essa contradição se fez sentir com dramática nitidez nas fases incipientes da autonomização política, deixando patente que o “espírito burguês” empolgaria a direção do “setor novo” e se transformaria no fermento econômico que iria congestionar a ordem social patrimonialista. No contexto em que a autonomização política se desencadeia como processo sociocultural, no entanto, o próprio “espírito burguês” estava preso às malhas do capitalismo comercial. Ou de modo indireto, através de várias formas de dependência, em que os agentes econômicos do “setor novo” apareciam subjugados à tutela das camadas senhoriais. Ou de maneira direta, nas situações em que tais agentes nada mais eram senão representantes declarados ou disfarçados dos centros econômicos externos, que controlavam de fora a graduação do desenvolvimento dos dois setores da economia brasileira. Assim, a diferença com respeito ao “senhor rural” é apenas de grau e se torna dinamicamente relevante, do ponto de vista psicológico ou sociológico, porque os agentes econômicos em questão aceitavam abertamente sua identificação material e moral com a “condição burguesa” de seu *status* sócio-econômico, procurando nos critérios estamentais de socialização tão-somente a correção de certas desvantagens sociais, políticas e econômicas. Por essa razão, realizavam o “espírito burguês” com certa desenvoltura, mas nem por isso com inteira plenitude, pois se viam tolhidos por nexos de dependência econômicos, morais ou políticos que punham por terra qualquer iniciativa de maior alcance (ainda aqui, Mauá ilustra, de maneira típica, os diversos aspectos da situação humana em que se achavam os referidos agentes econômicos). Só com o tempo, graças à expansão do mercado interno e ao aparecimento de condições favoráveis ao aparecimento de tendências de crescimento econômico auto-sustentado, o “espírito burguês” se libertaria dessas malhas negativas, compostas pelas várias ramificações internas do capitalismo comercial, e fomentaria processos de autonomização econômica autêntica. Ainda assim, sem romper com todos os liames ou entraves, que nasciam de um entrosamento congenitalmente heteronômico ao mercado externo de capitais e ao sistema internacional de poder.

Quinto, a última conclusão aconselha que se considere a natureza dos fatores tópicos que determinaram a emergência e

a irradiação do liberalismo econômico no cenário histórico. Parece evidente que as camadas senhoriais não conseguiram equiparar *autonomização econômica e autonomização política*. Por paradoxal que isso seja, a autonomização política, vista ao nível da economia mundial e das estruturas internacionais de poder da época, constituía um simples meio para manter o equilíbrio de uma economia colonial, sob condições de transferência dos controles jurídico-políticos da vida econômica interna de fora para dentro. Nesse amplo contexto, a autonomização política firmava a independência econômica dos estamentos senhoriais sobre a heteronomia econômica da Nação, no presente e no futuro. Por conseguinte, fazia com que o “senhor agrário” só fosse economicamente autônomo em um sentido unilateral e propriamente interno, já que a situação heteronômica irredutível da economia da Nação também o tornava economicamente dependente. Desse ângulo, a autonomização política só conferiu autonomia econômica real aos estamentos senhoriais em um ponto: onde e na medida em que as posições de poder político, que conquistaram, representassem uma *conditio sine qua non* para a preservação do equilíbrio do sistema econômico existente e, portanto, para a continuidade do suprimento do mercado externo. Daí resultou uma debilidade inelutável, que se refletiu de modo imediato na situação econômica dos estamentos senhoriais em suas relações com o exterior. As alíquotas que, na antiga forma de apropriação colonial, cabiam à Coroa e a seus agentes ou prepostos foram parcialmente reabsorvidas pelo capital estrangeiro, que passou a operar de dentro do País, acompanhando a internalização das fases de comercialização dos “produtos tropicais”, então incorporadas aos sistemas de exportação. É nessa debilidade que se encontra, segundo presumimos, a razão da indiferença dos estamentos senhoriais diante dos papéis econômicos que poderiam desempenhar, após a extinção do estatuto colonial. Se assumissem tais papéis econômicos, seriam levados a desempenhar, na qualidade econômica de *comerciantes e exportadores*, a dimensão tipicamente burguesa do *status* do “senhor agrário”. Todavia, na situação de heteronomia econômica apontada, não tinham condições para integrar, social e politicamente, um *status* econômico que pudesse organizar os referidos papéis. O mesmo não lhes sucedia no outro plano, nas relações com os demais segmentos da sociedade nacional, no qual podiam explorar o controle do domínio como fonte de independência econômica e do monopólio do poder político. Por

isso, sua ligação com o liberalismo só foi determinante e relativamente profunda ao nível em que ele servia para legitimar a burocratização da dominação patrimonialista e, em consequência, o tipo de democratização do poder político que ela envolvia. Apenas secundariamente o liberalismo econômico adquiriu alguma importância dinâmica, seja como recurso de uma ideologia que precisava justificar o estado crônico de heteronomia econômica do País e os privilégios econômicos dos estamentos senhoriais, seja como fundamento de uma política econômica estamental no seio de uma economia periférica e dependente. Ora, isso não ocorria com os papéis econômicos que emergiam e se desenvolviam em conexão com a expansão gradual do "setor novo" da economia<sup>18</sup>. Aí, os papéis econômicos emergentes não se aglutinavam em função do *status* senhorial, embora assimilassem, em grau variável, símbolos e valores sociais mantidos, difundidos e impostos pela tradição cultural patrimonialista (com base nos quais: 1) se separavam as categorias de homens que podiam ser considerados, socialmente, "livres", "escravos" e "libertos"; 2) os "homens livres" podiam distinguir-se como "gente de prol" e "ralé"). Os mencionados papéis aglutinavam-se em torno de elementos puramente econômicos, objetivando-se, estrutural e dinamicamente, através de ações e de relações que nasciam de uma economia de mercado, eram governadas pelo "cálculo econômico" e tendiam a integrar-se em termos competitivos. Todos esses elementos configuravam o "espírito burguês" nascente, antípoda da mentalidade aristocrático-senhorial e de sua incapacidade de vitalizar socialmente os papéis econômicos essenciais à própria autonomia econômica da aristocracia agrária. Até o "senhor rural", ao projetar-se na vida econômica das cidades, viu-se engolido e seduzido por esse "espírito burguês". Para realizar-se economicamente, através das oportunidades econômicas oferecidas pelo "setor novo", teve de desvincular-se variavelmente do *status* senhorial e, com frequência, de aceitar ou pôr em prática procedimentos que contrariavam a "ética estamental". O liberalismo não escapava, em tal setor, de deformações inevitáveis — algumas decorrentes da inserção da burguesia emergente em uma sociedade de castas e estamentos; outras nascidas da estrutura colonial da economia. Mas deitava raízes no fulcro das atividades

<sup>18</sup> Embora esse setor produzisse, na esfera política e administrativa, papéis sociais de natureza estamental, integrados ao sistema social vigente de castas e estamentos.

econômicas e dos papéis que as coordenavam socialmente, afirmando-se aberta, direta e autenticamente como liberalismo econômico. Era neste sentido que se constituía em força econômica e operava como tal, dinamizando o tênue segmento competitivo de uma economia urbana *in status nascendi*, montada sobre o topo de um sistema econômico agrário, escravista e dependente.